Economia de guerra sobrevoa o Alentejo

Os bejenses não gostam que se lhes chame de elefante branco, mas eis a mais digna peça de humor surrealista da planície alentejana. Um não aeroporto com sinalética anunciando *arrivals* e *departures*, e onde casualmente aterra um passageiro.

Entrada norte de Beja: em 1967 foi construída a Base Aérea nº11, presente da ditadura salazarista à Alemanha Federal como base segura à ameaça dos Mig soviéticos

FILIPE NUNES

Inaugurado em Abril de 2011 aproveita a Base Aérea n.º 11 (BA11) e custou 33 milhões de euros. Na maioria dos dias está vazio, sem voos e passageiros. A Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, de capital estatal, dissolvida em Setembro de 2012, acumulara só no seu último ano 1,1 milhões de euros de pas-sivo, uma média de cerca de 100 mil euros mensais de prejuízos. A saída apontada ao aeroporto, cujo terminal é agora detido pelo grupo francês Vinci (detentor da ANA e Lusoponte) passa, de acordo com as conclusões do último dos grupos de trabalho, por uma operação mista entre carga e pas-sageiros e criação de um cluster aeronáutico nacional em articulação com a brasileira Embraer em Évora. Estratégia de médio/longo prazo para o Alentejo, que beneficiaria da proximidade à Airbus Military em Sevilha e alicerçada na ligação à Força Aérea Portuguesa da BA11.

Quanto ao uso civil do terminal de Beja, João Paulo Ramôa, o bejense que liderou o referido grupo de trabalho, acautelara já que "o Estado pode chamar outra vez a concessão da infraestrutura para a sua órbita". De acordo com o Diário Económico o contrato com a Vinci inclui "a prestação de actividades de concepção, projecto, construção, reforço, reconstrução, extensão, desactivação e encer-ramento de aeroportos". Assim descortinado os moldes da concessão, e como voltará a pagar o erário público os prejuízos a acumular, parece cada vez mais evidente como o motor de arranque e objetivo primordial não é senão outro que a indústria militar, a economia de guerra.

A COREIA DO SUL NOS CÉUS DE BEJA

Eis pois que surge em Beja novo anúncio da tábua de salvação para tão desastroso (não) aeroporto. Uma escola de pilotos militares Sul-Coreana para formar anualmente 200 alunos por um período de 30 anos. O acordo parece garantido, pois ao contrário das negociações com Espanha para Talavera la Real (Badajoz), Portugal não impôs as exigências monetárias do governo Espanhol que levaram ao fracasso dessa primeira escolha. Do que se sabe, apenas é reclamado que os caças T-50 Golden Eagle possam ser utilizados para treinar pilotos portugueses do F-16 e do Alpha-Jet, sem quaisquer contrapartidas financeiras. Após diversas visitas de delegações sul-coreanas a Portugal em 2011 a única contrapartida anunciada resultaria segundo o Ministério da Defesa, em alojar no Bairro Residencial da BA11 60 pilotos, 20 chefias e cerca de 150 técnicos de manutenção e suas famílias: um "grande fomento da economia local". Essas "boas notícias" ecoadas na imprensa e Autarquia de Beja, reconhecem a saída pelos panos de fundo, pois como afirmou ao semanário SOL uma fonte militar, "se alguma coisa pode pôr o aeroporto civil a funcionar é este projeto". Por outro lado reavivam a memória da BA11, construída em 1967, em plena Guerra Fria, concedendo a ditadura portuguesa à Alemanha Federal uma base segura à ameaça dos Mig do Pacto de Varsóvia. Assim se construiu a maior base aérea militar da Europa, cujo "bairro dos alemães" que dura até 1987 os bejenses recordam.

As vantagens anunciadas pelo exército sul-coreano respeitam a sua capacidade operacional, descrita por fontes militares à Radio Voz da Planície nos moldes em que "podia fechar todas as bases e colocar tudo em Beja". A agência noticiosa sul-coreana Yonhap destaca um "espaço aéreo sem tráfego e céu aberto", com as vantagens de aqui não serem "afetados pelas restrições de tempo de voo impostas em casa devido a queixas apresentadas pela opinião pública".

ECONOMIA DE GUERRA

É por demais evidente que tais "boas notícias" sem contrapartidas financeiras prévias, não invertem nem de perto, nem de longe o colosso de prejuízo do aeroporto. Mas outros cálculos financeiros haverá. Diretamente a médio e longo prazo para os líderes mundiais da indústria militar, esse insano ramo da economia global onde a palavra crise não entra. O projeto de Beja, o Consórcio Internacional Militar do Centro de Formação de Voo, é para a Indústria Aeroespacial Coreana (KAI) uma montra essencial para atrair o interesse internacional no T-50 Golden Eagle, aviões da linha dos F-16 da "família" Lockeed Martin. Para além dos europeus, clientes como Israel ou Iraque tem sido alvo privilegiados aliciados nesse mercado. E para além de funcionar como um "stand de vendas", a ideia é lucrar treinando os outros, clientes que não iriam atravessar metade do planeta para céus onde segue em crescendo uma "guerra fria" com a potência nuclear da Coreia do Norte.

100

mil euros é a média mensal de prejuízos acumulados pela Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja em 2012, antes de ser dissolvida em Setembro.

Os Caças T-50 mais do que um produto desenvolvido pela KAI, emerge do maior fabricante militar do mundo, pela parceria com a Lockheed Martin. Desde os anos 30 a armar conflitos e países esta multinacional americana comanda desde há vários anos as compras do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América e é líder mundial de armamento.

CONTAR ESPINGARDAS (E AVIÕES)

No atual cenário de cortes financeiros parece extemporâneo sugerir novos investimentos militares por parte de Portugal. Tão pouco a vinda dos Golden Eagle estaria sujeita a esse atrativo, pois Beja é antes de mais uma porta de entrada na Europa e hemisfério Norte. E não é apenas a Coreia do Sul que tem nos EUA o seu maior aliado. Portugal pode afirmar igualmente uma relação privilegiada, que vai para lá da Base Militar das Lajes, mas que se reflete sobretudo como cliente da Lockheed Martin.

Portugal contratualizou com a Lockheed Martin o programa de modernização da Força Aérea, usando as oficinas da OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, e sobre um número reduzido de caças F-16, aeronaves C-130 Hércules e P-3P Orions. Segundo a página da Lockheed Martin os custos da modernização de vinte F16 usados contratualizaram aproximadamente 220 milhões de euros, no programa "Peace Atlantis II" assinado em 2003; somando em 2008 um novo contrato de 99.7 milhões de euros na modernização de cinco P-3C. Na cerimónia de aceitação da última dessas aeronaves na BA11 em Dezembro passado, os valores noticiados ascendiam já a um total de 185 milhões de euros.

Este processo de modernização, pautado por sucessivos atrasos, surge a par do processo de redução dos F16. Mais de metade está à venda, desse conjunto de 40 caças, ao longo dos anos adquiridos, junto com 17 aeronaves, à Lockheed Martin. Negociações com a Roménia ou a Bulgária têm vindo a lume desde o início do ano, naquilo que o ministro da Defesa Aguiar Branco refere de "racionalização de meios". Não sem deixar de acenar que tais vendas poderão "inclusivamente vir a facilitar e criar condições para que o reequipamento da própria Força Aérea seja mais forte do que é neste momento". E é no sentido futurista dessas afirmações que podermos perspetivar o interesse da instalação da Escola de Pilotos sul-coreana de Beja, solidificando a sucessão dos F16 pelos T50 e no mesmo fio condutor e lucrativo da Lockheed Martin.

É pois nesta alta esfera do negócio de armas que é prometida uma saída ao aeroporto de Beja com a instalação da aeronáutica militar no Alentejo. Até porque para lá dos negócios umbilicais de Portugal com a multinacional americana, o cluster aeronáutico que Portugal quer desenvolver, é hoje detido pelo grupo brasileiro Embraer, cujas fábricas em Évora participarão no fornecimento das aeronaves militares KC-390 à Força Aérea do Brasil, um produto que concorre à sucessão dos Hércules C-130. A Embraer Defesa e Segurança assumiu em 2012 controlo do capital da Airholding, um consórcio constituído em 2005 com o propósito específico de deter 65% de participação acionária na OGMA. Assim os brasileiros assumem o controle total da Airholding/OGMA, contra 35% das ações do estado português posicionando as fábricas do Alentejo no lucrativo mundo da produção de armamento.

Novos empregos fabris perpetuando o fim último da cadeia de produção militar. Lucros gigantescos de uma minoria, justificados por argumentos militaristas cada vez mais difusos (terrorismos supra nacionais), mas cada vez mais óbvios na disputa geoestratégica dos recursos essenciais do planeta. Legitimando um complexo militar-industrial que batizou de Progresso a Técnica como capacidade mortífera e de intimidação e determinando o desenvolvimento de uma dada região a essa mesma indústria.

Quanto ao "desmantelamento" da estrutura militar portuguesa que tem levado os militares a reclamarem a sua cidadania em jantares, cabe lembrar em jeito de réplica, a tamanha importância dos F16 nos nossos ares. Em 2012 descolaram umas três vezes para cumprirem missões de defesa aérea. Como por causa de um pequeno avião na região da Guarda, uma "situação limite em termos de interceção", segundo disse o porta-voz da Força Aérea ao Expresso, concluindo que "acabaram por perder de vista o aparelho suspeito".

> É nesta alta esfera do negócio de armas que é prometida uma saída ao aeroporto de Beja com a instalação da aeronáutica militar no Alentejo.

Numa altura em que os militares contam espingardas, velando ameaças patrióticas e equiparam os cortes militares com o desemprego galopante de quem não tem sustento algum, ou a existência de menos um professor na mesma medida que um soldado, perde-se no meio de tão alargada insatisfação, entre o memorialismo dos militares de abril, o peso e a medida que são necessárias para avaliar quem mais pesa neste barco que nos leva a todos ao fundo.

Quando nas Forças Armadas 80% dos gastos são com pessoal e o gasto de cada português ultrapassa o valor correspondente de cada espanhol, é tão incompreensível a redescoberta "cidadania" dos militares, como a falta de uma indignação popular anti-militarista, sempre adiada pelas "políticas patrióticas de esquerda" e dos "militares de abril". Ao que consta o peso dos submarinos de Paulo Portas não terá sido ainda suficiente para percebermos o quanto a industria militar e a economia do armamento nos tiram do pão para a boca.

SECÇÃO

Da denominada floresta. O eucalipto colonialista

Existem histórias que ningúem sabe como começaram a ser contadas ou quando começaram a ser inventadas. O que se segue é sobre a história de uma invenção, a denominada «floresta portuguesa».

J.T.

Foi em Outubro passado que conheci o Pablo. Tem trinta anos, natural do Uruguai, imigrou para a Andaluzia onde trabalhou na construcção civil. Com a crise em Espanha, a construção parou. O Pablo meteu-se no camião-casa e partiu para França à procura de trabalho. Quando nos conhecemos, e soube que eu vinha de Portugal disse, com simpatia, que tinha cá vindo no Verão passado. *«Gostei muito de conhecer a floresta portuguesa. Estava já farto da paisagem da Andaluzia, sem árvores»*. Fiquei curioso. Onde raio é que ele viu floresta em Portugal, no Gerês? Perguntei por onde andou. *«Estive no sul.» «No Algarve?» «Sim, no Algarve. Quando entrei em Portugal vi lindas florestas de árvores altas, fez-me recordar a minha terra»*. O quê? Árvores altas em Portugal, a lembrar as florestas da América Latina? Quis saber e pedi-lhe que descrevesse as árvores altas que tinha visto. Não demorou muito, eram eucaliptos. *«Porra, exclamei eu, mas essas árvores não são portuguesas, nem ibéricas, nem europeias, são colonialistas. Hombre*, elas são *gringos*, entendes?»

Estávamos a trabalhar e não abusámos mais do tempo do qual o patrão é dono e senhor. A conversa ficou por ali. No entanto, mais tarde e em outra situação, conheci a história de duas outras pessoas, também elas tinham estado em Portugal, mais concretamente em Idanha a Nova, no festival de música Boom. Uma delas, francesa, que também avistou, a partir do comboio, *«lindas florestas»* em Portugal.

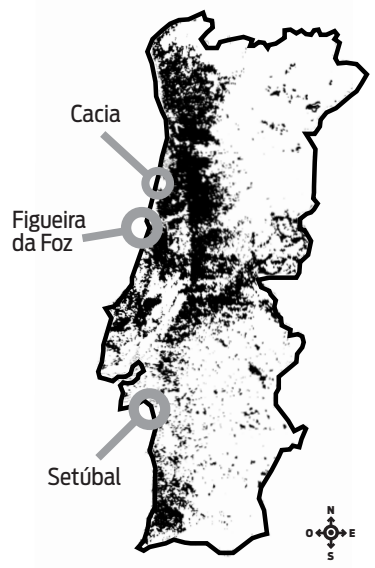
Monocultura intensiva de eucalipto que, como sabemos, veio das antípodas. Mas a ideia com que os não conhecedores ficam é a do eucalipto ser originário de Portugal. Esta ideia advém das plantações contínuas iniciadas há quarenta, cinquenta anos. De acordo com o IFN, Inventário Florestal Nacional, «o eucalipto é a árvore mais plantada em Portugal continental, com um aumento de 16% de área entre 1995 e 2010, enquanto o povoamento de pinheiro bravo diminuíu 13%, cerca de 263 mil hectares de área. Os eucaliptos ocupam uma área florestal de 812 mil hectares, seguido do sobreiro, com 737 mil hectares e do pinheiro bravo, com 714 mil hectares. O uso agrícola do solo apresenta, no mesmo período, uma dimuição de 12%.»

É preciso repetir quantas vezes for necessário: os eucaliptos plantados em Portugal são fábricas de morte, deserto e um benefício económico sobretudo para as indústrias de pasta celulósica e de papel. Secam fontes, poços e nascentes. Invadem as serras, os campos, cercam e isolam as populações, substituem o pinheiro, o chaparro, a oliveira... Ao optar pela plantação de eucaliptos, o industrial-lavrador (87% da floresta portuguesa é privada) entrega-se ao negociante e à indústria de celulose a fim de obter um retorno financeiro rápido. Porém, os eucaliptos deixam atrás de si cepos em solos cansados de dispendiosa e difícil recuperação para novas culturas. Segundo o presidente da Acréscimo- associação de promoção do investimento florestal - *"O arranque dos cepos pode aportar entre 450 e 750 euros por hectare"*. Assim, uma terra de eucaliptos, depois do 3ºcorte, pouco ou mesmo nada vale. E mais se desvaloriza com a falta de água. Não somente essa terra, como a terra que, embora sem eucaliptos, é vizinha de eucaliptos.

Há que ver o seguinte: para aproveitar o «potencial económico» do eucalipto, para que os trabalhadores da indústria celulósica e de papel tenham emprego, foi necessário que muitos trabalhadores agrícolas perdessem a sua actividade, as suas terras. Foi necessário transformar Portugal num deserto.

Para terminar, a outra pessoa que veio ao Boom a Idanha a Nova foi um neozelandês. Este moço ficou radiante ao encontrar, por cá, os eucaliptos da sua terra. Com o ar mais inocente perguntou: *«também há cualas?»*. Não, não há! O que existe é uma grande incapacidade em travar o eucalipto, esse fascista dos campos, como lhe chamou e muito bem, há mais de três décadas, Afonso Cautela, pioneiro deste combate. Combate que ainda está por fazer.

Área colonizada pelo eucalipto em Portugal continental ligada ao grupo *Portucel-Soporcel*



Ulrich, o incendiário

TEÓFILO FAGUNDES

Ulrich é um incendiário. Pouco tempo depois de ajudar a provocar um colapso financeiro que ainda andamos a pagar, quase nada após receber dos contribuintes largos milhares, decidiu dizer que as pessoas podem aguentar mais austeridade. Podia-se ter ficado por aqui, não seria a primeira nem a última vez que se ouviria um senhor com um ordenado milionário dizer uma coisa destas. Mas não. Achou por bem comparar os portugueses com os gregos, que estão sob medidas ainda mais graves, chegando mesmo a afirmar que partir montras de bancos é uma espécie de prova de vida. Nunca tal apelo à violência se tinha ainda ouvido. Ulrich é um incendiário.

A coisa não surtiu efeito. Talvez as pessoas, pouco habituadas a que um banqueiro faça tais apelos, não tenham conseguido processar a situação devidamente. Mas Ulrich é um homem com uma missão. E, em breve, voltou à carga. Desta vez para dizer que, em nome da estabilidade das empresas financeiras, o limiar até ao qual era legítimo rebaixar o ser humano era o da indigência. Se um ponto percentual de valorização bolsista implicar mais mil sem-abrigo, pois que assim seja. Se isto não pretende acicatar ânimos e apelar à rebelião, então não percebo nada de comunicação. Ulrich é um incendiário.

Mas não se ficou por aqui, o director do BPI. No aparente arrependimento que demonstrou em dias seguintes, limitou-se a explicar que nunca pretendeu insultar os sem-abrigo. Claro que não. Insultava, sim, os que ainda têm sítio onde dormir, os que ainda lhe pagam os devaneios no casino da finança. Insultava os que ainda têm a força de terem alguma coisa a perder. Ulrich é um incendiário.

Acrescentou, por fim, que ninguém lhe dá lições de consciência social, que ele é pessoa para ter tudo bem definido na sua cabeça e sabe que um rico é feito de pobres e que não cabe aos primeiros partir a amarras dos seus próprios privilégios. Ulrich é um incendiário.

A "nova" Fontinha

TEÓFILO FAGUNDES

Há dezenas de edifícios camarários abandonados, no Porto, mas não falta, na sua Câmara Municipal, um Gabinete de Arrumação e Estética do Espaço Público. O qual se prepara para, com o apoio da Federação Académica do Porto, retirar da cidade tudo quanto for pintura feita por cidadãos. Ficam os painéis publicitários, fica a propaganda institucional e apaga-se a voz das pessoas num dos únicos locais onde ainda consegue ser audível: a parede.

Impõe-se a ideia da cidade como um lugar quase tão higiénico como um hospital, onde o tal gabinete é que decide o que é arte ou vandalismo, ao mesmo tempo que reafirma e promove a ocupação dos espaços públicos com publicidade de empresas privadas.

Essa ideia aparece materializada na nova "Escola da Fontinha", um local onde a cor deu lugar ao branco imaculado e onde as vozes das crianças e a liberdade de criação foram substituídas pela burocracia. A Rui Rio não importa tanto se serve a população local. Não importa até se, ao "oferecer" espaços a associações que já tinham sede própria, não parecerá um mau remendo para uma situação horrível. Importa-lhe, sim, sair por cima, não deixar que as pessoas que ocuparam aquele edifício, esquecido durante 5 anos, possam dizer que só elas davam vida à "Escola".

A "Escola da Fontinha", agora, chama-se Centro de Recursos Sociais do Porto e alberga as-sociações da cidade que fazem algum tipo do trabalho a que se costuma chamar social[1]. Foi visitada por Rui Rio, no passado dia 18 de Janeiro. Essa visita foi precedida por um aparato policial impressionante que acabou por ser responsável pelo aparecimento de meia dúzia de contestatários, a quem foi impedida a entrada nas instalações, mesmo depois da saída de Rio.

Há dezenas de edifícios camarários abandonados, no Porto. A "Escola da Fontinha" passou assim cinco anos da sua vida. Está renovada. A Biblioteca do Marquês já assim vive há praticamente uma dúzia de anos. Começa a ver a luz ao fundo do túnel. Há dezenas de edifícios camarários abandonados, no Porto. Aparentemente, os únicos que são retirados a essa condição são aqueles que as populações decidem ocupar.

[1] APAV, APOIARE, ADDIM, Fundação Portuguesa "A Comunidade Contra a SIDA", Espaço T e APEE são as entidades que integram o Centro de Recursos Sociais do Porto.

Escola segura a gás pimenta

MANUELA RIBEIRO

No passado dia 18 de Janeiro, a PSP agrediu e usou gás pimenta para dispersar uma concentração de estudantes do ensino secundário, da Escola Alberto Sampaio em Braga. Os estudantes, menores de idade e alguns com 12 anos, protestavam contra a agregação da sua escola ao agrupamento de Nogueiró. Como forma de protesto decidiram fechar a cadeado os portões do estabelecimento de ensino e concentravam-se junto ao mesmo exibindo cartazes, faixas pretas e cânticos expressando luto e desagrado pela decisão unilateral do Ministério da Educação. Segundo declarações de alguns estudantes presentes, apareceram inicialmente quatro agentes do programa Escola Segura, seguindo-se depois vários agentes do corpo de intervenção que agrediram e lançaram gás pimenta contra os alunos que se concentravam em frente do portão principal. Os apelos à calma da directora da escola e a proposta para a retirada pacífica do cadeado do portão foram ignorados pelos agentes, provocando assim lesões em seis jovens.

Perante a indignação de alunos, pais e professores face ao ocor-rido, a PSP de Braga apressou-se a emitir um comunicado no qual afirma que "a utilização de gás pimenta foi feita na medida e proporção, e serviu para evitar uma acção mais musculada por parte da polícia". Um dos representantes da associação de estudantes disse ainda à comunicação social que o protesto era pacífico e os ânimos exaltaram-se depois da chegada da polícia, e após a sua presença nas intalações escolares. A directora da escola nega também que a PSP tivesse sido chamada pela direcção da escola e que no momento do protesto tivesse existido qualquer tipo violência física ou verbal por parte dos estudantes

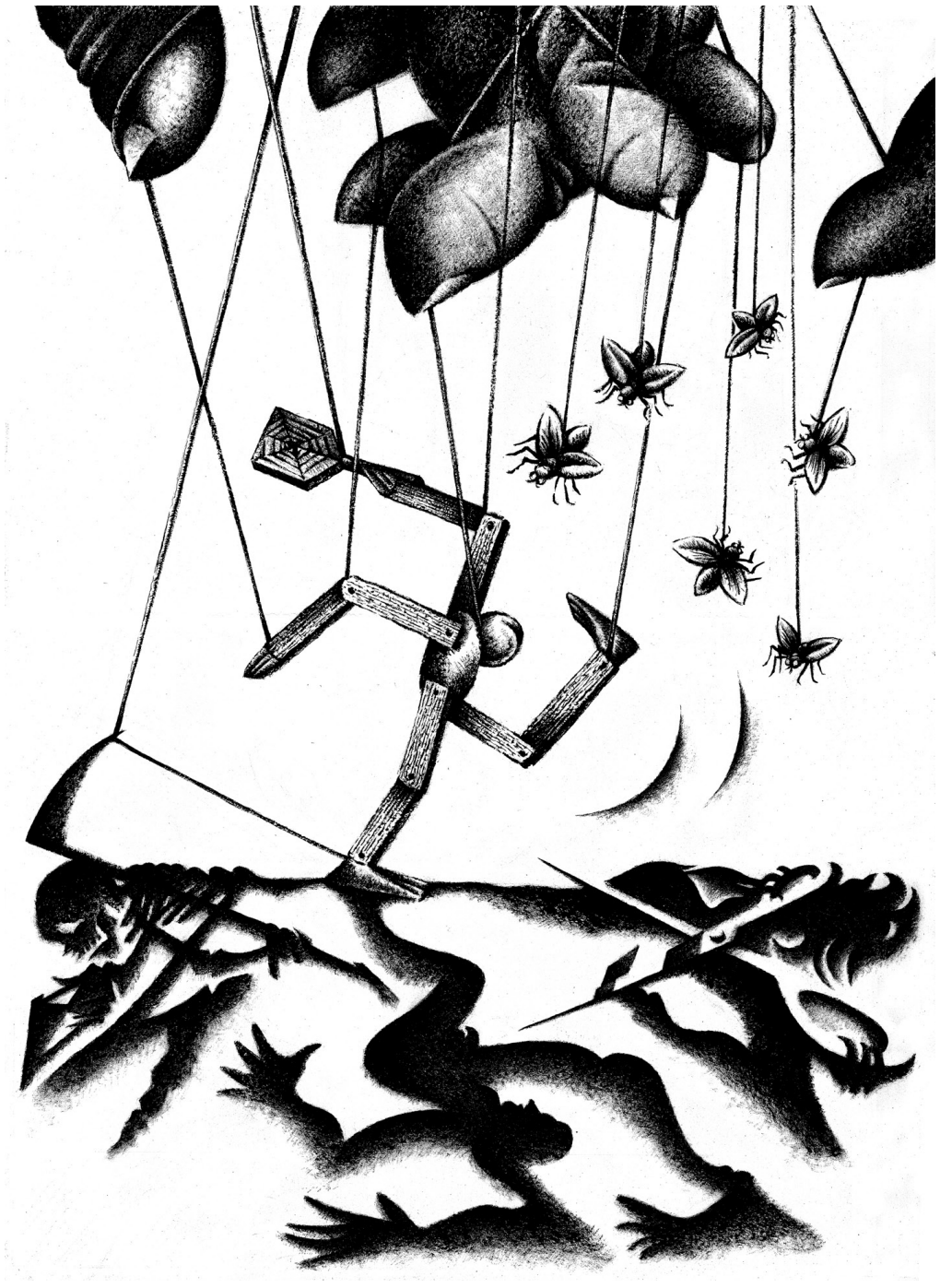
Ouvidas as declarações da PSP fica no ar a pergunta sobre o que seria uma "acção mais musculada" da polícia: espancamentos, balas de borracha, choques de taser contra menores de idade? Para estes alunos a função da polícia deixa de caber no logrado slogan de que existe para proteger os cidadãos e revela assim a verdadeira utilidade do programa Escola Segura.

SECÇÃO

Média: o braço escrito do Estado Policial

"Os jornalistas actuais estão de tal forma habituados à submissão e até ao êxtase dos cidadãos ante as exigências da informação – da qual gostam de aparentar ser sumos-sacerdotes quando, na realidade, não passam de assalariados –, que, creio, muitos têm por condenável alguém não aceitar explicar-se perante a sua autoridade."
Guy Debord em **Considerações sobre o assassinato de Gérard Lebovici (1985)**

TEÓFILO FAGUNDES



Vivemos em plena era da informação, onde a multiplicação de canais de comunicação faz com que a difusão de histórias ganhe uma velocidade vertiginosa, onde os tempos se reduzem e a realidade que tocamos parece ser ultrapassada. As redes sociais implementaram-se e introduziram novos paradigmas na comunicação. O fluxo constante de estímulos exteriores e notícias globais causam uma nuvem que se coloca entre nós e o que vivemos, num tempo em que o apelo à transparência parece carregar a necessidade vital de tudo ser trazido à luz do dia, como se a nossa própria existência dependesse da partilha absoluta da nossa vida privada. Um gigantesco "espectáculo da realidade", decidido à distância e sem rosto, onde se evitam as pontas soltas que permitam que cada um complete a sua história.

> "(...) por mais que a pluralidade de canais de comunicação seja evidente também o é que as notícias se repetem com o mesmo tom e perspectiva."

Ditam-se notícias como se elas fossem verdades essenciais, sustenta-se um sistema na ilusão de que o relato duma sucessão de factos torna um mundo mais igualitário: os relatos sucedem-se e amontoam-se sem que isso leve a uma transformação de raiz nas relações na pirâmide do poder. Devassa-se a privacidade e o que verdadeiramente importa, ou se mantém conscientemente secreto ou se torna banal e folclórico, levando ao embrutecimento dum pensamento crítico que parece estar impedido da sua aplicação prática no real. Tomar a história nas nossas mãos é também rompermos essas amarras.

Parte integrante e vital do sistema económico onde se inserem, os canais de comunicação de massa (globalizados no passado século mas em mutação permanente), ganharam lugar-tenente na definição da verdade, autonomeando-se para o papel de orientadores do equilíbrio social, assumindo-se como justiceiros profissionais munidos dum estóico código deontológico. Na viragem desta primeira década do século XXI, a sua concentração na mão de grandes grupos económicos leva à simples dedução das suas ligações à lei económica e à ordem instituída. Oscila-se assim ora um pouco mais para a direita ora pouco mais para a esquerda, nunca questionando o domínio em si, mas sim quem, de acordo com os interesses do seu presente, o disputa. Fazer das previsões uma certeza única, acusando os inimigos do presente, criminalizando a dissidência do rumo futuro. E aí tornam-se o braço escrito dum estado policial.

"A MEIA DÚZIA DE DESORDEIROS PROFISSIONAIS"

O recente caso da cedência de imagens não editadas da RTP à polícia, referentes à manifestação em frente ao parlamento do passado 14 de Novembro (ver caixa), de forma a que esta procedesse à identificação de manifestantes, pode ser visto como paradigmático da relação entre a comunicação social e a ordem dominante. Se, neste caso, foi levantada alguma polémica, que cedo se dissipou por entre o burburinho mediático quotidiano (ainda que o acosso policial sobre os manifestantes continue, com vários processos pendentes), muitas são as vezes em que a prosa jornalística ganha a forma da voz do regime social e económico vigente. Nos últimos anos, são várias as situações onde, de forma mais ou menos explícita, em momentos de possível ruptura ou enfrentamento social, a voz dos jornais assume um tom criminalizante perante aqueles que protestam nas ruas. Os exemplos dos dias que antecederam a cimeira da NATO em Lisboa em 2010 ou da cobertura dos dias que se seguiram às manifestações que ocorreram em todo o país no ano de 2012, são bastante claros na abordagem: a da tentativa de isolamento de quem protesta fora dos quadrantes institucionais, procurando um mau da fita que justifique um policiamento generalizado da vida.

Esta abordagem jornalística, que tanto pode ser veiculada pelas palavras de escribas profissionais como pela repetição de declarações alarmantes provindas de organizações "especializadas" que surgem à luz do dia quase exclusivamente nestas situações (como o caso da OSCOT (Observatório de Segurança, criminalidade organizada e terrorismo) ou de representantes do governo nacional (as declarações do ministro da administração interna Miguel Macedo e a sua insistência "na meia dúzia de desordeiros profis--sionais" a seguir aos confrontos entre manifestantes e polícia em Novembro passado), expande-se através dos canais de comunicação. Entre Janeiro de 2009 e o final do ano de 2010, várias foram as notícias cujos contactos com fontes policiais se assumem directos ainda que sempre com base na insinuação mais primária: novelas de pacotilha, escritas com base na ignorância ideológica, que traça relações entre diferentes elos, apontando possíveis responsáveis para acções que por vezes nem chegaram sequer a acontecer. O tom alarmista com que os artigos são escritos, partindo da bradada e clássica retórica "anti-terrorista", tornam questionável a motivação da sua escrita, procurando ou a dissuasão de tais práticas de protesto ou apresentar presumíveis culpados caso estas aconteçam.

A constante marginalização de quem sofre na pele os efeitos directos da repressão, seja numa manifestação pública seja nas ruas pouco visíveis das periferias das cidades, tem encontrado nos canais de comunicação corporativos um braço escrito, capaz de desenhar as dinâmicas desejadas pelas forças de segurança, necessárias para a uma desculpabilização e desresponsabilização públicas das mais violentas práticas de abuso da autoridade. Através da criação do medo, seja da delinquência, seja das consequências da apregoada crise, consegue-se mais um elo numa cadeia que difunde a desconfiança constante dum suposto inimigo comum e invisível. A comunicação torna-se a voz do regime estatal e económico.

DA PLURALIDADE DO MUNDO À HOMOGENEIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Num tempo em que se menciona a pluralidade dos canais de informação, a perspectiva duma história democrática torna-se questionável. A dissonância de vozes que existem são facilmente abafadas por quem consegue fazer circular a informação de forma massiva. Numa imensa paleta de cores possíveis, as estruturas dominadoras da expansão da informação desenham um mundo a preto e branco. No estado português existem neste momento cinco jornais principais de tira- >>

SECÇÃO

>> vem da página anterior "Média: o braço escrito do Estado policial".

gem diária (Jornal de Notícias, Diário de Notícias, Público, Cor-reio da Manhã e o I, excluindo os 3 diários desportivos) que, para uma constante alimentação na corrida pela informação, necessitam de conteúdos como de pão para a boca. Estes encontram-se dependentes, fora os das notícias locais que compõe o imaginário do crime tresloucado e bizarro, quase exclusivamente, de uma agência noticiosa portuguesa (a LUSA) e de outras duas agências históricas internacionais (A Reuters e a France Press) e das informações que chegam das estruturas estatais e policiais. O frenesim causado pela urgência de notícias que alimentem a voracidade duma actualidade viciada em estímulos exteriores fica assim nas mãos de fontes exclusivas e que são constantemente as mesmas: por mais que a pluralidade de canais de comunicação seja evidente, também o é que as notícias se repetem com o mesmo tom e perspectiva. Como se uma história se reduzisse a factos neutros e o que realmente é escrito se inscrevesse como verdade.

Por entre a avalanche de notícias de uma actualidade de cariz sensacionalista, num mundo aparentemente composto de crime, da banalidade do espectáculo e dos famosos e dos paternalistas casos de sucesso (como o caso do propagado pastel de nata em série ou o ovo estrelado instantâneo), a homogeneização da percepção do mundo que se expande desde os canais mediáticos até às mesas de café, onde eles são avidamente discutidos, leva à criação duma noção de normalidade onde o "outro" significa o "estranho": e ainda que o indivíduo tenha a possibilidade de se expressar, há sempre alguém que lhe diz até onde deve ir.

QUEM DITA O DIÂMETROS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO?

José Alberto Carvalho, director de programação da TVI, após os insultos a Relvas na sua visita ao ISCTE organizada pelos 20 anos da TVI no passado dia 20 de Fevereiro, dizia à audiência em protesto: "Podem contar connosco para a defesa da liberdade de expressão". Mais tarde, numa entrevista ao jornal Público (edição de 21/02/2013), fazendo uso duma série de chavões, diz que o protesto deve ter regras e que ninguém deve ser impedido de falar, mesmo que esse alguém accione, quando se vê a si e ao seu poder ameaçados, as medidas de segurança que atropelam todas as liberdades mais elementares do indivíduo. A polícia mata nas ruas, entra por tudo o que é pequeno negócio. Tenta-se abater todas as economias de subsistência e de desenrasque, criminalizam-se ideias, prendem-se e deportam-se imigrantes, demolem-se bairros com gente lá dentro e tudo isso é sabido. Banalizam-se os factos e transmite-se a impotência de os alterar. A inacção permanece porque qualquer acção de combate sobre isso será criminalizável.

Num repente, o monopólio das causas parece estar também nas mãos dos média. Nos dias que correm, palavras de ordem duma manifestação podem fazer parte das páginas centrais dum suplemento económico dum jornal (JN de 2 de Março de 2013), as coberturas das manifestações são massivas, a "indignação" em resposta à "austeridade" torna-se também ela peça fundamental na construção das narrativas mediáticas. Assinalam o que é de salutar e o que é criticável, procurando ser juízes e detectives em simultâneo, dividindo entre o que parece ser inofensivo e o que pode ser uma ameaça para a ordem dominante. A heresia absoluta é a da ruptura com a "liberdade de expressão", cujos padrões parecem ser definidos por uns quantos, e que parece ter sido apropriada pelas entidades políticas e policiais. O que se parece dizer então, é que as coisas podem ser todas colocadas à vista, desde que não se faça nada de sério para tentar alterar a sua raiz: esvanecem-se as vontades duma sociedade igualitária, leva-se como normal o mundo que se nos é apresentado, insinuando que sempre foi assim. Baseiam-se as narrativas numa série de arquétipos e lugares comuns que pretendem encaixar todas as acções sobre o mundo em lugares já estipulados. No entanto, as vontades reais, são as de criar e recuperar lugares que não existem ainda e que possam realmente alterar a ordem das coisas. Urge assim a criação de novas formas que encontrem na imprevisibilidade da história a fonte do seu crescimento, que não se deixem abater por aquelas que se pretendem impor pela repetição constante e pela sua difusão global, que procuram não só definir o presente como conduzir o futuro, como se ele se tratasse de um só possível.

Na manifestação do 14 de Novembro, em frente à Assembleia, as câmaras da RTP, para além das da própria polícia, filmaram os protestos que terminaram com uma carga policial. Nos dias que se seguiram, a Unidade Especial da Polícia fez um pedido e teve acesso a imagens não editadas da cadeia televisiva, posteriormente utilizadas para identificações e campanhas de acusação e montagem judicial. Refira-se também que a própria polícia tem vindo a recolher ilegalmente imagens durante as manifestações."O parecer diz aquilo que o bom senso recomenda. Há um dever de colaboração por parte das televisões com as forças policiais, mas esse dever de colaboração só deve existir depois de protegido o sigilo profissional e, ao mesmo tempo, preservado aquilo a que eu chamo o poder editorial", afirmou na altura Carlos Magno, director da Entidade Reguladora da Comunicação.

ZAD, mais do que uma luta contra um aeroporto

Notre Dame des Landes, 20km de Nantes, França, vários eixos de luta cruzam-se em redor do projecto do novo aeroporto na metrópole de Nantes, num protesto que junta agricultores, moradores e activistas, e que, em quatro décadas, se tornou no mais massivo lugar em protesto na Europa. Determinadas a parar a destruição de cerca de 2.000 hectares de zona agrícola e rural, milhares de pessoas lutam neste momento contra a destruição de casas e habitats naturais que, caso prossiga, significará a ruína de muitos camponeses que daí retiram o seu sustento.

PHIL EVANS WWW.FLICKR.COM/PHOTOS/37299426@N02/

A resistência contra a construção do novo aeroporto de Nantes começou à 40 anos.

I.A. / CAMILLE

Os primeiros planos para este aeroporto surgiram em 1973. No entanto, o projecto e os requisitos para expropriação das terras em benefício da Vinci Corporation, detentora do direito de construção e exploração desta estrutura, só foram aprovados pelo governo em 2003: sucessivos governos centrais e os vários municípios envolvidos recorreram ao engano e a argumentos parciais e irracionais para impor este projecto à população. Esses argumentos, que vão desde as estimativas de passageiros a estudos sobre questões de segurança e de poluição sonora, passando pelas promessas de emprego e chegando à ironia de denominarem este novo aeroporto de "projecto de alta qualidade ambiental" ou "aeroporto verde", foram todos desacreditados por diversas avaliações independentes que contradizem a análise oficial.

O governo central recusou sempre considerar qualquer alternativa a este projecto faraónico, como seria, por exemplo, a simples renovação do aeroporto de Nantes já existente, que, ainda em Setembro passado recebeu o prémio ERA (European Regions Airlines) 2011-2012 para melhor aeroporto europeu. Estudos independentes[1] mostram, entre outras coisas, que o lucro económico geral e factores como tempo ganho, impacto ambiental e a atractividade da região foram grosseiramente sobre-estimados, tais como o foram as perspectivas de crescimento de tráfico aéreo na região, se tomarmos em conta o actual estado da economia e o aumento dos preços dos combustíveis fósseis. Numa perspectiva inversa, o custo total do projecto, incluindo os desenvolvimentos auxiliares, como estradas e transportes, foi sub-estimado por uma larga margem de 550 milhões de euros, tendo sido este valor acrescido às perspectivas iniciais. Em território francês pode fazer-se um paralelo com as construções do túnel do canal da Mancha, que une França ao Reino Unido, e do viaduto de Millau, também no sudoeste de França, todos projectos em larga-escala que incorreram em custos bastante superiores aos cálculos iniciais.

A resistência contra este projecto começou desde que os primeiros planos foram apresentados, mas foi nos últimos quatro anos que habitantes locais, agricultores e activistas ambientais e anti-capitalistas que vivem na ZAD (*Zone d'Aménagement Différé - Zona*

de Desenvolvimento Adiado), começaram a resistir de uma forma directa, ocupando casas e terras expropriadas pelo Estado ao longo dos últimos tempos. A ZAD foi então renomeada como *"Zone a Défendre"* (Zona a Defender), ocuparam-se casas abandonadas, construíram-se casas e cabanas no chão e na copa das árvores e, desde então, uma grande parte deste território tem sido utilizado para desenvolver actividades fora do sistema comercial capitalista e para preservar a biodiversidade da área, organizando-se hortos comunitários, encontros locais e internacionais (Camp Action Climate, Anti-G8 Camp e encontro de grupos como Reclaim the Fields – rede envolvida na ocupação de terras e soberania alimentar, entre outros) e outras actividades.

(...)sucessivos governos centrais e os vários municípios envolvidos recorreram ao engano e a argumentos parciais e irracionais para impor este projecto à população.

O início das obras para o aeroporto e para as estradas auxiliares estava agendado para o fim de 2012. Os seus opositores estão determinados nas suas ações e acreditam que o aeroporto é inútil: economicamente não seria benéfico, teria um impacto negativo nas alterações climáticas e viria a destruir uma área da França que é, até agora, uma zona rural e agrícola. Em Outubro passado as autoridades começaram a invadir violentamente as terras onde é previsto começarem as obras, despejaram e atacaram okupas, agricultores e habitantes locais que protegiam a zona. Os ocupantes da zona não pretendem ser removidos e continuam a resistir, construindo constantemente novas barricadas, bloqueando estradas de acesso, (re)construindo cabanas e casas e mantendo permanentemente actualizadas as informações diárias da luta contra o aeroporto (na ZAD, mas também em acções de solidariedade por toda a França) via internet e *média* independentes. Até Novembro de 2012 os mass-média franceses ignoravam esta luta, o que se alterou radicalmente desde o protesto massivo que então ocorreu, com a reocupação de terras e reconstrução de casas, onde 20.000 a 40.000 pessoas, de toda a França e não só, se deslocaram a Notre Dame des Landes com vontade de resistir e apoiar a luta. Todas as facções da luta contra o aeroporto uniram-se para trabalhar em conjunto e centenas de agricultores apareceram com cerca de 400 tractores e materiais de construção. Em menos duma semana, dezenas de casas e cabanas foram construídas e bar-ricadas foram erguidas para controlar a acção e a violência policial que se continua a fazer sentir.

Esta luta pode ser vista como um exemplo da força do trabalho entre pessoas de diferentes camadas da sociedade que combatem o poder governamental e económico, combinando todas as pos-síveis estratégias para criar uma gigantesca contra-força à destruição conduzida pelas autoridades sedentas de poder e lucro. Além de um local de protesto, novas formas de viver e comunicar entre todas as pessoas envolvidas ajudam a criar um maior sentido de comunidade e apoio mútuo como alternativas a uma sociedade baseada somente na produção e na partilha desigual.

Urge lembrar que estas lutas se espalham por todo o Planeta, seja em Notre-dame-des-landes, no Val di Susa no Norte de Itália, onde há mais de uma década a população combate a construção de uma linha de comboio de Alta Velocidade, ou em Khimki, na Rússia, onde uma auto-estrada ameaça dilacerar uma floresta de mais de 1000 hectares. E que também se cruzam com a realidade portuguesa - a Vinci adquiriu recentemente a ANA e controlará também os aeroportos em Portugal. Esta luta é mais do que uma luta contra um aeroporto é uma luta contra o mundo que o acompanha.

[1] http://aeroportnddl.fr/articles.php?lng=fr&pg=423

www.cedelft.eu/news/189/New_airport_at_Nantes%3A_decrease_of_welfare

Página web da ZAD: zad.nadir.org

Mais informações, estudos independentes em relação da construção do aeroporto em Notre-Dame-des-Landes:
http://acipa.free.fr/Savoir/savoir.htm

Poster de apoio à ZAD em que se faz referência a outras lutas contra projectos que representam a mesma imposição de progresso tecnológico e económico.

A presença da Vinci em Portugal

A sociedade Vinci é um grupo francês tentacular, presente em mais de 100 países através de diferentes empresas e sucursais. Gere nove aeroportos em França e três no sudeste asiático, detendo concessões rodoviárias, fer-roviárias, estádios de futebol e a gestão de parques de estacionamento por todo o mundo.
VINCI, curiosamente a vencedora da privatização da ANA - gestora aeroportuária do Estado português - em Dezembro passado é também uma das maiores accionistas da Lusoponte, concessionária das pontes Vasco da Gama e 25 de Abril até 2030.
A privatização da ANA abrange os aeroportos de Lisboa, Faro, Porto, Ponta Delgada, Santa Maria, da Horta, Flores e o terminal civil de Beja, numa concessão por 50 anos.
Em Portugal, detém também o controlo das empresas de engenharia e obras eléctricas Cegelec e Sotécnica.
Ao comprar a Ana, a Vinci ganha um papel de maior relevância internacional, uma vez que os aeroportos portugueses são principalmente "as portas abertas para o Atlântico", permitindo rotas directas com os Estados Unidos e acima de tudo, com o Brasil e as potências económicas emergentes.
De acordo com a sua nota de intenções, que pode ser encontrada no site, a Vinci refere que: "*A sua actividade é a de conceber, construir, financiar e gerir equipamentos que melhoram a vida de cada um: infraestruturas de transporte, edifícios públicos e privados, urbanismo/ordenação do território, redes de água, de energia e de comunicação.*"

http://www.vinci.com/vinci.nsf/fr/implantations/pages/portugal.htm

Contra o aeroporto e o seu mundo

"Eu faço parte das pessoas para quem o facto de que este projecto seja um aeroporto tem pouca importância (…). Esta é uma luta contra o sistema no qual o aeroporto se inscreve, poderia também ser a construção de uma central nuclear, uma prisão ou uma auto-estrada (...)".
« C'est vous les morts ! Ou pourquoi on a déjà beaucoup gagné ! »
zad.nadir.org

O processo de luta em Notre Dame des Landes, contra a construção dum mega aeroporto, vai-se desenhando ao longo dos tempos e reflete as experiências dos seus habitantes.

No entanto, atravessando a mutabilidade específica das circunstâncias e das etapas dum processo de resistência, fica a ideia de que aquilo que está em causa não é apenas a luta contra um aeroporto nem contra este em particular, e confirmamo-lo ao notar que em quase todos os textos publicados no website da *ZAD* (*Zone-à-Defendre*) se pode encontrar a frase: "Contra o aeroporto e o seu mundo".

Existe, desde já, entre os indivíduos e os colectivos presentes no terreno, a consciência clara de que

esta luta tem uma extensão muito maior do que a resistência à construção do *Aeroport de le Grand Ouest*, tendo em conta a dimensão e implicações de tal projecto, com os seus hotéis, os seus supermercados de luxo e hipermercados, o estilo de vida inerente ao avião, à rapidez, à eficiência e eficácia, à produtividade, à globalização.

Sob a alçada do desenvolvimento, justifica-se uma redefinição dos territórios, baseada no imperativo de satisfazer as necessidades de um alto nível de consumo global, alicerçado ao estilo de vida urbano e citadino. A partir da noção dos estragos inerentes a estes processos, encontra-se a necessidade em refletir sobre a importância das lutas em espaços rurais, tendo em conta que o território rural tornou-se cada vez mais uma periferia da metrópole e da sua máquina devoradora e insaciável. O campo não está isolado das dinâmicas de consumo e é território da sua expressão.

Neste sentido, a luta na *Zad* pode ser entendida como uma luta que reclama não apenas a reapropriação das matérias-primas e da terra em si mesma, como um lugar de experimentação de mecanismos de freio ao desenvolvimento sem sentido e ao mero desejo do capital.

SECÇÃO

A extorsão legalizada

ANA RUTE VILA

Dirigi-me, não inocentemente, a um bar de um amigo na margem sul do Tejo e acabei por ter uma muito boa conversa sobre tudo isso que tanto se fala em todos os estabelecimentos comerciais desse Portugal fora: turismo, facturas, ASAE, impostos e cobranças. Para Arménio Rocha, nome fictício, estas questões estavam todas à flor da pele. Contou-me, então, que o sector da hotelaria, em Portugal, atravessa uma reformulação. Em geral, interessava-lhe descrever o contexto em que esta reformulação tem lugar. Segundo as suas palavras, trata-se de «*tornar Portugal num grande Resort turístico para ricos e dominado pelas grandes empresas*". A razão desta reformulação, através da entrada em vigor de novas leis, novas taxas e novos procedimentos, prende-se com a crescente importância deste sector, já que no futuro ocupará uma grande parte da economia nacional. O empresário acrescenta ainda que «*há uma necessidade de reformular todas estas actividades que decorrem ou têm uma relação directa com o turismo no sentido de favorecer o Estado e alguns intermediários sanguessugas*». O objectivo, para já, é definir as bases em que nos próximos anos se desenvolverão as actividades hoteleiras em Portugal. Aponta então alguns exemplos: «*Por um lado surgem modernas escolas de hotelaria em vários locais e, por outro, nascem empresas de implementação de HACCP* (sigla, em inglês, para Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle) *tipo cogumelos. Este código de conduta e boas praticas de higiene e segurança alimentar, aparentemente inocente, é um sistema desenvolvido pela NASA para a segurança dos astronautas no espaço, ou seja, para baixar o risco de contaminação até zero para uma pessoa que se encontra a milhares de quilómetros da Terra. O que a ASAE faz é aparecer nos cafés e restaurantes a pensar que está numa nave espacial para controlar este sistema. Isto cria um círculo vicioso entre a criação de empresas especializadas na implementação deste sistema e a fiscalização efectuada pela ASAE. Por um lado, vá de pagar às empresas privadas para instalar o sistema que do outro lado nos vão dizer que está mal instalado para assim cobrarem multas*». Os desígnios de tornar Portugal num paraíso turístico traduzem-se numa estandardização da actividade hoteleira, ou seja, numa pré-definição do que se deve vender a um turista que venha a Portugal. Para além disso, essa uniformização de procedimentos alimenta a actividade de entidades paralelas do Estado que geram riqueza a partir da formação, taxação e da cobrança de multas e impostos. Neste contexto, Arménio diz que «*Não existe nenhum problema em servir às mesas, tirar imperiais, lavar pratos e fazer camas. O problema surge quando essas são as únicas actividades que nos restam para fazer e, para além disso, sujeitam-se à existência de regras predeterminadas, à subserviência e à hierarquia rígida. Estes princípios são aqueles que são ensinados dentro do mundo da hotelaria e, especialmente, nas escolas de hotelaria... e é um problema também que, hoje em dia, a única coisa importante é formar mão-de-obra barata para alimentar toda esta indústria*».

O Estado tem um grande interesse na hotelaria por ser este um sector que tem mais potencial para gerar grandes receitas. «*É tipo máfia, essencialmente as Câmaras Municipais, as representações locais do Estado a nível fiscal, a própria polícia e até entidades privadas como a SPA (Sociedade Portuguesa de Autores) e a passmusica (empresa cobradora dos direitos conexos), juntam-se com o objectivo de obter a maior parte possível dos lucros da actividade hoteleira, movimentando-se, muitas das vezes, em zonas cinzentas da lei. Mas no entanto somos sempre nós que somos considerados culpados até ser provada a inocência*".

Para muitos pequenos negócios, não existe nenhuma benesse passando a existir apenas deveres. Assim, põe-se em risco a sobrevivência da grande maioria destes pequenos negócios, em detrimento das grandes empresas, que passam a poder ocupar todo o espaço.

Uma das transformações verificadas na hotelaria recentemente, tem que ver com o método de facturação e as medidas de controlo a que esta está sujeita. Arménio clarifica-nos mais uma vez: «*Com a necessidade que este governo (e todos os outros que lhe seguirem) tem de suprimir os buracos dos milhões de euros que se verificam nas contas públicas, resolveram recorrer ao ramo da hotelaria, por ser um ramo que, tal como em muitos outros, se regista fuga ao fisco*». A questão está nas verdadeiras intenções destas medidas. «*O valor dessa fuga não se aproxima minimamente do valor dos buracos, e ao aplicarem um controlo tão cerrado, em termos de leis e taxação sobre este sector, querem, na verdade, poder taxar o dinheiro que é realmente declarado, ou seja, os lucros dos pequenos empresários para poder tapar o buraco dos milhões de euros que os bancos e os políticos nos roubaram*".

> **O plano total consiste em ligar cada máquina registadora nos estabelecimentos, através da Internet, ao computador do Ministério das Finanças**

O objectivo geral é assegurar, desde já, um controlo total sobre o volume de negócios esperado no futuro, quando se estabelecer de forma hegemónica a indústria do turismo sobre as outras actividades económicas, para então os bancos, o Estado e as entidades paralelas de cobrança conseguirem facturar quantidades muito maiores do que aquelas que actualmente facturam

Arménio troca-nos por miúdos este novo sistema de facturação: «*Nesta primeira fase do novo sistema, por cada produto vendido num estabelecimento é necessário a recolha de um número de contribuinte e do nome do cliente que será posteriormente introduzido num ficheiro electrónico. Esse ficheiro tem de ser criado por um software certificado pelo Ministério das Finanças e é registado nas bases de dados das finanças. A partir dessa base de dados, vê-se o tipo de produtos que as pessoas consomem, quem consome, a que horas consome, quanto pagou, como pagou, quanto recebeu de troco e que gorjeta deixou*». Acrescenta ainda que «i*sto é uma tentativa brutal de controlo social sobre as pessoas*».

Mas não é tudo ainda. O plano total consiste em ligar cada máquina registadora nos estabelecimentos, através da Internet, ao computador do Ministério das Finanças, para assim cada venda ser registada automaticamente, ou seja, em tempo real. «*...É uma espécie de i-Salazar, um Estado Novo high-tech*».

«*A partir de agora eu sou sempre responsável por pedir o número de contribuinte e dar a factura ao cliente, mas não sou responsável pelo cliente não me dar o número de contribuinte dele nem recusar a factura. Se ele recusa, eu ponho a factura no lixo, mas eu sou obrigado a este procedimento (...). É ridículo... mas pronto... na prática somos nós todos, que aqui vamos ficar no futuro, que teremos de decidir se aceitamos, ou não, este futuro de merda. Se isto se tiver de reflectir em que as pessoas, de facto, se recusem a dar o seu número de contribuinte ou que dêem o número de contribuinte dos ministros, então que seja, mas espero que a coisa vá muito mais longe que uma batalha por facturas*».

OO TIO EDE A OS NA?

As muitas reflexões sobre esta pergunta não caberiam nas páginas deste jornal mas mesmo assim o MAPA arrisca-se a apresentar elementos que podem contribuir para algumas respostas. Lançamos questões, descrevemos processos e estruturas, narramos situações e tiramos conclusões a partir de opiniões, informações, denúncias e factos vindos de diferentes sítios. Desenhamos, assim, um circuito que faça a ligação entre elementos aparentemente separados. A forma como se organiza o poder económico ou social remete para um funcionamento em rede, onde não existe um centro, em que cada parte se influencia mutuamente enquanto cumpre a sua função e onde a dominação se vai reproduzindo. Essas ligações ajudam-nos a compreender o momento que atravessamos em Portugal e que, de resto, parece estar a acontecer em todo o lado. Embora este seja um exercício incompleto e sempre parcial, não deixa de abrir espaço para pensar e agir sobre tudo isto.

A evolução do bastão

A. CAMPOS

É digna de nota a evolução organizacional das polícias, com a criação de corpos mais especializados a partir das décadas de 1970/1980, quando, em resposta à actividade de diversos grupos armados, também o Estado português recriaria em 1986 o seu serviço secreto, perdido em 1974 com a extinção da PIDE-DGS, e criaria, ainda em 1979, um Grupo de Operações Especiais dedicado à contra-subversão armada, que conta actualmente com cerca de 200 efectivos.

O Corpo de Intervenção seria criado no rescaldo do processo revolucionário, em 1976, substituindo a antiga *Polícia de Choque* e contando actualmente com cerca de 700 efectivos. A partir de 2008, estas duas unidades seriam agregadas a uma Unidade Especial de Polícia, em conjunto com o Corpo de Segurança Pessoal, dedicado à protecção das altas figuras do Estado, as equipas de inactivação de explosivos e as unidades cinotécnicas da PSP.

No âmbito da recomposição dos serviços secretos, seriam criados dois serviços de inteligência civis, nomeadamente o Serviço de Informações e Segurança (SIS) e o Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa (SIED), respectivamente para fins de segurança interna e externa, assim como um Serviço de Inteligência Militar (SIM). Segundo a Wikipédia, em 2005, do orçamento de 27 milhões de Euros alocados ao SIS, responsável, entre outras coisas, pela monitorização dos *grupos radicais*, 820 mil destinar-se-iam ao pagamento de informadores. Por sua vez, o SIED notabilizou-se recentemente, na comunicação social, pelas ligações promíscuas estabelecidas, entre chefias deste serviço e o grupo económico Ongoing, assim como pela ligação de membros da sua direcção a lojas maçónicas próximas ao poder.

Em 2008, seria criado um Sistema de Segurança Interna (SSI), englobando os diferentes serviços de informações e diversas estruturas de audição, decisão e controlo, presidido por um Secretário-Geral da Segurança Interna colocado na dependência directa do Primeiro-Ministro. Assim, existe um Conselho Superior de Segurança Interna adido à Presidência do Conselho de Ministros, onde se inserem o Secretário-Geral do SIRP e diversas autoridades governamentais. Forma ainda parte desta estrutura um Gabinete Coordenador de Segurança, que conta, entre as suas atribuições, com a responsabilidade pela elaboração do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI). É ainda digna de nota a existência de uma Unidade Contra-Terrorista (UCAT), formada pelos diferentes serviços secretos e policiais.

Na esteira da organização de grandes eventos, como o Euro 2004 ou a Cimeira da NATO de 2010, segue o reforço dos meios policiais. Na sequência do Euro 2004, foram admitidos 150 novos agentes para o Corpo de Intervenção e adquirido um conjunto de equipamentos avaliado em 75 milhões de Euros, incluindo armaduras anti-traumáticas, capacetes, escudos aperfeiçoados, *shotguns* e pistolas-metralhadoras. Também a preparação dos agentes e as tácticas policiais sofreriam um aprimoramento considerável. Para a Cimeira da NATO, a PSP viu-se apetrechada com um conjunto de equipamentos avaliados em 5 milhões de Euros, incluindo as cinco viaturas blindadas, 45 viaturas de transporte para as Equipas de Intervenção Rápida, escudos, capacetes, gás-pimenta, gás lacrimogéneo, assim como equipamento destinado ao bloqueio de telemóveis e diverso material para montagem de barreiras e pontos de controlo.

A *lei de programação das forças de segurança*, de 2006, duplicaria o investimento previsto para as forças de segurança, traduzindo-se na compra de novas viaturas, armas, material de comunicação e meios informáticos. Foi programada a aquisição, até ao ano de 2012, de 42 mil pistolas semi-automáticas Glock, com carregador para 15 munições e calibre de 9mm, superior ao das anteriores Whalter PP, e que começariam a ser entregues em 2010. As armas de choques eléctricos «Taser» fariam a sua aparição em 2006.

As autoridades portuguesas estudaram atentamente os motins nos subúrbios parisienses de 2005, enviando observadores para junto das autoridades francesas. Por essa altura, também o SIS se interessou pelos *bairros sociais*, analisando a eventualidade de uma repetição de acontecimentos semelhantes em território nacional. As autoridades tendem a reagir de forma musculada quando notam indícios de alteração nos bairros e a UEP é mobilizada fácil e ostensivamente. Existe igualmente a tendência da Polícia para efectuar operações de grandes exposição mediática e com ampla mobilização de meios quando confrontada com um aumento na criminalidade apercebida pela opinião pública, colocando bairros inteiros a cerco com resultados geralmente medíocres, mas que servem como demonstração de força.

O descontentamento social preocupa visivelmente as autoridades. O Corpo de Intervenção é alvo de uma formação contínua e treina-se frequentemente para situações de confronto com manifestantes. Os relatórios do SIS pintam a actividade dos *grupos radicais* em termos frequentemente alarmistas e apontam, denotando uma certa falta de imaginação, para a repetição de cenários semelhantes aos do PREC. As grandes manifestações, como a de 15 de Outubro último, cujos participantes não escapam à filmagem pela Polícia, têm sido seguidas atentamente por parte dos poderes políticos. Por seu turno, os membros do Governo têm sido alvo de uma segurança reforçada. O Primeiro-Ministro é seguido neste momento por três equipas do Corpo de Segurança Pessoal da Polícia, totalizando 15 agentes. O Ministro da Administração Interna e o mediático Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, também terão sido alvo de um reforço de segurança.

SAMUEL BUTON

> **(...)A lei de programação das forças de segurança, de 2006, duplicaria o investimento previsto para as forças de segurança(...)**

SECÇÃO

Tecnologias de controlo

HELENA VIEIRA

A afirmação do Estado moderno tem como pilar fundamental do seu exercício a utilização do aparato tecnológico com o propósito de agilizar o controlo social. A tecnologia tornou-se fulcral para a manutenção do poder e sua extensão a cada vez mais facetas do comportamento humano. Todos os dias são lançadas no mercado novas tecnologias para vigiar, monitorizar, identificar e localizar, ao mesmo tempo que poderosos sistemas de bases de dados permitem armazenar grandes quantidades de informação, cruzar dados, fazer associações, identificar padrões. Muitos destes sistemas foram inicialmente desenvolvidos para fins militares, sendo actualmente utilizados pelas várias polícias do Estado e empresas privadas de segurança.

Entre as tecnologias de vigilância e monitorização amplamente utilizadas, a videovigilância é a que tem vindo a ganhar mais terreno nos espaços públicos e privados. Esta consiste num sistema de controlo de vídeo, formado por uma ou mais câmaras fixas ou rotativas que recolhem imagens de determinado lugar e das pessoas que aí se deslocam. A maior parte das ofertas de videovigilância existentes actualmente no mercado juntam vários tipos software ao equipamento base, funcionando em redes locais ou através da Internet, o que permite o controlo das câmaras e o visionamento das imagens à distância e em tempo real. Outras soluções incluem mesmo software para reconhecimento facial e seguimento de pessoas ou objectos.

Em Portugal, foi no contexto do Campeonato Europeu de Futebol em 2004 que se começou a considerar o uso de câmaras de vigilância na via pública. Perante um evento de "excepção", foram adoptadas medidas a nível policial e judicial que implicaram a suspensão da legislação em vigor, suprimindo direitos individuais em nome da "segurança" colectiva. Aprovou-se assim a lei que passou a regular transitoriamente a utilização de meios de vigilância electrónica em lugares públicos. Pouco tempo depois é publicada a lei que permite a instalação de câmaras de vigilância em espaço abertos, permitindo às forças de segurança monitorizar, registar e fazer o tratamento das imagens recolhidas. Antes dessa data, dispositivos semelhantes podiam apenas ser instalados em centros comerciais, gasolineiras ou bancos, ao serviço de empresas de segurança privada. A cidade do Porto foi pioneira na implementação dum sistema de videovigilância na zona histórica da Ribeira. Seguiram-se pedidos idênticos para outras cidades e zonas do país que foram entretanto implementados. Actualmente, as câmaras de videovigilância estão presentes em lugares de consumo, lazer, na via pública, em zonas habitacionais, nos transportes públicos, nas auto-estradas. O cidadão comum muitas vezes não se apercebe que durante as suas actividades quotidianas está grande parte do tempo a ser filmado.

A PIIC (Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal), projectada há vários anos e aprovada pela CNPD (Comissão Nacional de Protecção de Dados) em Janeiro passado, entra em funcionamento durante o mês de Março. Esta plataforma vai permitir à PSP, GNR, Polícia Judiciária, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Polícia Marítima, realizarem pesquisas e partilharem informação das suas bases d e dados. Segundo declarações do secretário-geral do SSI (Sistema de Segurança Interna), "a plataforma está feita, neste momento, apenas para a investigação criminal, mas o objetivo é transformá-la, numa segunda fase, numa ferramenta de prevenção". Esta plataforma foi desenvolvida por um consórcio constituído pela Portugal Telecom e pela Critical Software, tendo um custo de cerca de 2,5 milhões de euros, sendo

> **A Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal (...) entra em funcionamento durante o mês de Março. (...) vai permitir à PSP, GNR, Polícia Judiciária, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Polícia Marítima, realizarem pesquisas e partilharem informação.**

parte deste valor financiado pela Comissão Europeia ao abrigo do programa "Prevenir para Combater a Criminalidade". Uma dessas bases de dados, aprovada em 2008 e actualmente em funcionamento, está na posse da Polícia Judiciária e encontra-se no INML (Instituto Nacional de Medecina Legal). É uma base de dados de perfis de ADN utilizada para efeitos de identificação civil e investigação criminal. O "google" da polícia utiliza um software designado por CODIS (Combined DNA Index System), que é o mesmo usado pelo FBI e por diversas polícias europeias, tendo sido fornecido e adaptado à legislação portuguesa pelo próprio FBI.

Juntando a esta plataforma os sistemas de informação do fisco e da segurança social, as técnicas avançadas de cruzamento e mineração de dados, as inúmeras câmaras de videovigilância implantadas em espaços públicos e privados, os sofisticados sistemas de localização por satélite... Surge uma pergunta evidente: onde é que o Estado não está presente?

A massificação do consumo e utilização de novas tecnologias pela sociedade civil também se tornou hoje uma forma voluntária de exposição de hábitos, gostos e actividades pessoais. A Internet e as redes sociais (Facebook, Twiter, Google Plus, entre outras) permitem às empresas fornecedoras desses serviços reter informação privada de milhões de utilizadores, sem garantias reais de como serão usados esses dados e a quem podem ser fornecidos. Os padrões de consumo e comportamento extraídos dessas bases de dados são a matéria-prima para novas campanhas de marketing, para novos segmentos comerciais e para a investigação criminal. Da forma idêntica, a utilização do telefone celular, de cartões electrónicos, ou dos pas-saportes biométricos, permite o registo, localização e identificação dos seus utilizadores. A propósito da recolha e retenção de dados, a lei actualmente em vigor obriga os provedores de comunicações a guardar pelo período mínimo de um ano os dados relativos a comunicações efectuadas por telefone, mensagens de texto, multimédia ou e-mail, podendo esses dados identificar a origem, o destino e a data dessas comunicações, incluindo a identificação pessoal dos clientes e sua localização.

Dum ponto de vista técnico, a época actual pode ser descrita como uma sofisticação constante dos mecanismos de recolha, transmissão, manipulação e armazenamento de informação. Neste contexto, as descobertas científicas e tecnológicas que permitem vigiar, monitorizar, identificar, localizar indivíduos e classificar grupos, tornaram-se indispensáveis aos governos para impor o sistema económico vigente, rumo a uma sociedade totalitária.

O dever da denúncia

CLÁUDIO DUQUE

"Ir até onde nos permite a lei e inclusive mais além."

Felip Puig, Ministro de Interior do governo autónomo da Catalunha, referindo-se até onde estava disposto a chegar o Estado na resposta aos distúrbios em Barcelona durante a greve geral de 29 de Março.

Portugal tem-se mostrado especialmente aberto a todo tipo de experiências no que respeita à aplicação de diversas técnicas de controlo social, o novo cartão de cidadão é o exemplo perfeito, toda a informação necessária para a identificação de uma pessoa disponibilizada num único chip. No entanto algumas técnicas e estratégias, utilizadas sobretudo pela polícia no controlo de massas que podem desestabilizar a santíssima ordem social, ainda permanecem desconhecidas nestas latitudes, como por exemplo a "colaboração do cidadão", ou seja, a denúncia.

Em Agosto de 2011 na sequência de um assassinato perpetuado pela polícia de Londres em Tottenham –cidade incluída na área metropolitana da capital inglesa–, diversas cidades do Reino Unido (sobretudo os bairros londrinos) foram sacudidas por distúrbios, pilhagens e ataques incendiários, numa espiral de violência desconhecida desde os longínquos anos 80. O Reino Unido é um dos países onde as tecnologias de controlo da população se encontram mais aperfeiçoadas, sobretudo no que se refere à videovigilância, estima-se que o país esteja vigiado por cerca de 4,2 milhões de câmaras de CCTV (circuito fechado de televisão) uma por cada 14 habitantes, em média um indíviduo pode ser filmado por mais de 300 câmaras diferentes cada dia. Por outro lado, a cumplicidade do cidadão e o chamado "policiamento de proximidade" são os pilares da efectividade do aparato tecnológico. É frequente encontrar nos bairros londinenses sinalização que apela aos seus habitantes para se manterem atentos e que denunciem qualquer tipo de comportamento suspeito às autoridades. Os distúrbios de Agosto foram o palco perfeito para confirmar a eficiência de todo este investimento; ouviram-se diversas vozes que insistiam na evidência do fracas-so do modelo inglês de controlo e vigilância, mas os meses posteriores serviriam para confirmar que o *big brother* nas terras de sua majestade é altamente efectivo. *Withern* foi o nome dado à operação levada a cabo pela Scotland Yard para identificar "todos" os envolvidos nos "desacatos" de Londres. A característica fundamental desta operação era basear todo o seu *modus operandi* na identificação dos suspeitos através da delação a partir da divulgação das imagens captadas pelas câmaras de videovigilância (175,000 horas de vídeo passadas a pente fino). Diversas carrinhas com enormes cartazes publicitários com imagens dos suspeitos de saqueios e distúrbios percorreram as cidades inglesas. Em Birmingham usaram inclusive uma "carrinha cinema" com um écran gigante que transmitia imagens dos participantes nas pilhagens de lojas. "*Could you shop a looter*"(Podes identificar um saqueador) era o título da particular campanha publicitária levada a cabo pela polícia, para além dos cartazes por todos os bairros –prática em uso há vários anos–, houve uma novidade, o uso da internet para divulgar imagens através da página da Scotland Yard, algumas provenientes do trabalho no ter-reno de jornalistas fotográficos (o tablóide *The Sun* chegou a publicar uma primeira página com diversas fotografias de "suspeitos"). Os dados mais recentes da eficiência desta campanha de identificação apontam para 4673 detidos, 2947 acusados de algum delito, 956 presos com uma média de condenações de 86%. A maioria destas pessoas foram detidas na sequência de denúncias ou identificações a partir de imagens de câmaras de vigilância

Mais a sul, no dia 29 de Março de 2012, na greve geral convocada em todo o estado espanhol, Barcelona destacou-se por ter sido palco de distúrbios desde as primeiras horas da manhã até ao início da noite. Os episódios mais violentos deram-se ao fim da tarde durante a manifestação dos sindicatos não oficiais, com dezenas de bar-ricadas em chamas e ínumeros ataques a bancos, imobiliárias, etc. Quase um mês depois, passado todo o carnaval mediático que habitualmente se segue a este tipo de situações, a polícia catalã –assessorada talvez pelos seus colegas ingleses– anuncia a criação de uma página web com 231 fotografias e 3 vídeos de 66 pessoas (cada uma com a respectiva galeria); algumas feitas pela própria polícia, outras retiradas dos média e das redes sociais, apelando desta maneira à "colaboração do cidadão" para pôr nome aos "vândalos". Iniciativa pioneira em Espanha, rapidamente sai à palestra a ilegalidade e incostitucionalidade da mesma: vulneração do direito à própria imagem e à honra; negação do direito à presunção de inocência (nalgumas imagens nem sequer se discernia qualquer tipo de actidude violenta); divulgação de imagens de menores (proíbida pela lei); etc. Ao fim de alguns meses a página foi retirada, não se sabe quantas pessoas foram identificadas, mas a mensagem estava dada: "Temo-vos debaixo d'olho!"

> **(...)no fundo todo o "bom" cidadão leva um polícia dentro**

Estes dois exemplos serão certamente copiados num futuro não muito distante pela polícia portuguesa, no fundo todo o "bom" cidadão leva um polícia dentro e a legalidade molda-se segundo as necessidades do Estado para manter o rebanho no trilho que mais lhe convém.

A violência legalizada

JOSÉ PRETO

"Falar de Direito aqui é por tudo isto – e necessariamente, notem bem - falar de uma revolução por fazer. Antes disso, nada está a salvo. E ninguém está em segurança."

O MAPA quis esclarecer algumas dúvidas sobre legalidade e legitimidade, que surgiram a propósito de actuações mediáticas dos órgãos do Estado nos últimos tempos. Para tal, colocou-se a pergunta a José Preto.

Tem assistido a ilegalidades ou actuações irregulares aquando das detenções e julgamentos relacionados com as manifestações contra a austeridade? Acha que a actuação da polícia e dos tribunais é persecutória no que toca a estas situações de rua?

As forças de segurança e os tribunais, tanto quanto tenho visto, determinam-se por razões que me parecem questão de mentalidade e não de Direito. Essa mentalidade traduz e gera problemas que são, às vezes, politicamente equívocos (outras vezes nem isso), mas sempre juridicamente insustentáveis. Numa ou noutra audiência de julgamento, resulta evidente uma prática institucional contra direito e politicamente intolerável (sobre a audiência do caso Es.Co.la, por exemplo, já escrevi o que penso, quer quanto à prova gravada cuja transcrição li, quer quanto à conduta da PSP e do MP naquela audiência patente).

Dessas práticas, que além de ilegais são humanamente ultrajantes, podem destacar-se as seguintes:
-Detenção para identificação de pessoas identificadas (que têm consigo os documentos de identificação no momento da detenção);
-Houve casos em que se procedeu à detenção (de pessoas identificadas para identificação) com prostração forçada do detido, que é atirado ao chão (e no chão emporcalhado com as coisas que ali haja, colando-lhe à força a cara no pavimento em vários casos que conheci) e algemado com atilhos de plástico – frequentemente de molde a magoar do detido;
-Reacções reflexas de resistência natural (todos os vertebrados –e não raros invertebrados– se debatem em situações de captura) são tratadas e levadas a juízo com a imputação absurda de "resistência e coacção a funcionário", assim sendo acolhidas pelo MP e apresentadas a debate em audiência, como se deter para identificação uma pessoa identificada pudesse traduzir conduta legalmente admissível e como se, diante disto, não operasse (como evidentemente opera) o direito de resistência (e não apenas o de protesto);
-Sob detenção para identificação (de pessoas identificadas) têm ocorrido casos em que a polícia "não reconhece" a detenção, informando que a vítima "não está detida" (chegando a gerar a confusão sobre a presença da vítima nas instalações);
-Sob detenção para identificação (de pessoas identificadas) foi frequente verificar que as vítimas dizem não terem podido fazer qualquer telefonema (nem para advogado, nem para familiar) tendo-se gerado, mesmo, alguns casos de puro alarme de familiares que não sabiam onde paravam, por exemplo, filhos adolescentes capturados nestes termos em manifestações ou fora das manifestações;
-Sob detenção para identificação (de pessoas identificadas), a polícia recusa a assistência por advogado, alegando que um despacho do ministro Jorge Coelho autoriza o impedimento policial de assistência jurídica enquanto não estiver ultimado "o expediente", e aquilo a que chamam expediente são actos processuais nulos sem a presença do advogado retido à porta da esquadra…;
-Em dois casos e durante estas detenções, conheci omissão de assistência médica a feridos já detidos (ignorando eu se feridos nos procedimentos de detenção);
-Num caso de detenção, uma rapariga foi repetidamente espancada no momento da captura e na esquadra, diante dos demais detidos, só tendo sido levada ao hospital porque o INEM recusou deixá-la na esquadra em função da gravidade das lesões que a técnica de saúde viu.

Os procedimentos descritos ocorrem em lugares diferentes do país e são, portanto e plausivelmente, objecto de instruções genéricas e/ou práticas consentidas, formal ou funcionalmente. Não é necessário acrescentar nada à enumeração dos factos descritos, nem à relativa uniformidade dos procedimentos a que dizem respeito. O homem ou mulher comuns olham para isto e comentam naturalmente tais coisas com os palavrões que mais adequados lhes pareçam. E isso é rigor adequado ao debate dos casos em presença.

José Preto tem formação filosófica, teológica, sociológica e jurídica; ao longo dos últimos 25 anos para além da advocacia também deu aulas de filosofia do direito (cá e além fronteiras).

Processos Greve Geral de 14 de Novembro

Na sequência dos incidentes (carga policial sobre os manifestantes que, de acordo com a polícia, foi justificada pelo arremesso de objectos) ocorridos em frente à Assembleia da República no final da manifestação convocada para o dia da greve geral de 14 de Novembro 2012, o Ministério Público decidiu abrir pelo menos dois inquéritos contra alguns dos manifestantes.

Num destes processos, os arguidos são acusados de resistência e "coacção sobre funcionário". No outro, apesar de ainda não terem sido deduzidas as acusações, estas terão por base o arremesso de objectos às forças policiais. Neste último processo, com cerca de 11 arguidos, as notificações para a prestação de declarações foram feitas através de contactos telefónicos, algo inédito, seguido de envio de cartas.

Ficou por determinar o critério de selecção e de identificação dos arguidos tendo em conta que estes não foram identificados no local, tendo-lhes simplesmente sido dito que haviam sido denunciados. De acordo com um dos acusados, há um intuito persecutório em todo o processo e esta escolha posterior de arguidos revela que existe, de alguma forma, uma orientação disfarçada.

Uma versão ampliada deste artigo pode ser lida em: **WWW.JORNALCRITICO.INFO**

Economia é a tua Tia!

M.R.

O paradigma da actividade bancária alterou-se substancialmente nos últimos 30 anos, coincidindo, não por acaso, com a actual fase da globalização capitalista assente na desregulação dos diversos mercados e no predomínio do capital financeiro. Os bancos deixaram de ser instituições que guardavam poupanças, emprestavam dinheiro ou trocavam moeda estrangeira em operações controladas e com taxas de juro pré-definidas, para passarem a especular gananciosamente no sector imobiliário e, sobretudo, nos mercados bolsistas, com produtos novos que prometiam altas, mas desconhecidas, taxas de rentabilidade. Para aumentarem a sua base de clientes e melhorarem artificialmente os seus rácios de actividade, começaram a oferecer crédito ao desbarato a pessoas sem qualquer cultura financeira que, depois de pres-sionadas, o aceitavam sem perceberem minimamente no que se metiam. Os resultados estão à vista e são conhecidos de todos. Bastou o sector imobiliário nos EUA ruir para o sistema entrar em colapso. Tudo isto não seria grave se tivessem sido os gananciosos a pagar. Mas não foi assim que aconteceu. Como tem sido norma desde a década de 80, o sistema político acorreu em auxílio do capital financeiro e, com a sempre prestimosa ajuda dos média, encetou uma lavagem ao cérebro do cidadão comum, massacrando-o dia e noite com a teoria de que estávamos perante uma grave crise porque "gastámos de mais e não trabalhamos o suficiente". Assim, à anterior privatização dos lucros, sucedeu-se a presente colectivização dos prejuízos. Como se não bastasse, ainda aparece uma "esquerda" com resíduos de marxismo a concordar com a teoria da crise e a apregoar o princípio de um ciclo que terminará com a implosão do capitalismo. Ora nada disto cola com a realidade.

Quando bancos e grandes grupos empresariais anunciam lucros de milhões, enquanto o desemprego atinge 17%, no caso de Portugal, não há crise do capitalismo! Quando a arrogância patronal e a violência do Estado alastram, enquanto os trabalhadores perdem conquistas sociais e laborais, não há crise do capitalismo! Quando os ricos estão cada vez mais ricos, enquanto os trabalhadores vêem aumentar a sua carga horária laboral e são roubados no seu salário, não há crise no capitalismo! O capitalismo é a própria crise! E temos de ser nós a acabar com ele!

A realidade é que o capitalismo está, pura e simplesmente, a passar para um novo patamar de exploração sobre os indivíduos, nunca atingido desde a 2ª Guerra Mundial, através de uma aliança fortíssima entre o capital financeiro e a classe política. Não é por acaso que o Estado não se preocupa com a falência de empresas e consequente aumento do desemprego, mas acorre de imediato a "resgatar" bancos em situação de pré-falência, muitos deles administrados por ex-políticos, vítimas apenas da sua própria ganância e que beneficiaram de uma desregulação promovida pelo poder político. Sendo assim, não me parece que o capitalismo acabe algum dia por implosão devido aos efeitos de uma grande crise final motivada pelas suas contradições internas. Estas, aliás, sempre existiram ao longo da sua história, aquando das passagens de um tipo de capitalismo dominante a outro – agrário para o industrial, por exemplo, ou deste para o financeiro – e das respectivas lutas intestinas que as acompanharam. O capitalismo saiu sempre reforçado destas pretensas crises, alargando o seu domínio de influência territorial e intensificando o grau de exploração. A austeridade, que alastra sobretudo nos países do Sul da Europa, faz parte deste novo patamar. Em nome da hipotética crise e do seu combate, a aliança político-financeira adoptou um caminho de extrema violência laboral e social, procurando acabar com regalias e conquistas alcançadas depois de muitos anos de duras lutas contra o capital. A questão da "refundação do Estado", colocada recentemente em cima da mesa pelo governo português, só procura reforçar este caminho, aproveitando a maré para vender a imagem de que a existência de muito Estado, gastador e incompetente, é um dos factores que está na génese da crise. A solução é a privatização de tudo o que é minimamente lucrativo, restando ao Estado apenas assegurar a gestão de sectores de apoio ao "bom" funcionamento do sistema, nomeadamente a vertente policial e repressiva.

> **"O capitalismo está a passar para um novo patamar de exploração sobre os indivíduos através de uma aliança fortíssima entre o capital financeiro e a classe política.**

Voltando à crise, não é de estranhar que a situação seja mais grave nos países do Sul da Europa, marcados por diferentes formas de fascismo. A economia portuguesa tinha um problema estrutural herdado do modelo de sociedade imposto por Salazar e pela igreja católica: isolacionismo, ruralidade, indústria pouco desenvolvida e concentrada em sectores tradicionais, baixa escolaridade, ausência de vias de comunicação. O pós-25 de Abril viu nascer um país mais moderno, mais de acordo com os padrões de vida e de consumo europeus, mas com todos os problemas de um desenvolvimento desigual – litoral versus interior, Norte versus Sul –, e submetido à lógica do capitalismo liberal que mandou acabar com alguns sectores da já de si reduzida actividade económica em nome da globalização, ou seja, em nome de acordos comerciais com países emergentes que só beneficiaram os países ricos do Norte. Sendo uma economia completamente aberta ao exterior e com uma classe empresarial que sempre beneficiou da ausência de concorrência e da protecção do Estado, a economia portuguesa nunca teve uma base de sustentação interna, dependendo do sector exportador e, sobretudo, do bom desempenho dos seus principais parceiros comerciais. Com a adesão à moeda única, acabou o mecanismo da desvalorização cambial como recurso para melhorar a competitividade das exportações e, consequentemente, as dificuldades das empre-

SECÇÃO

sas portuguesas aumentaram, empurradas para uma economia global galopante para a qual poucas estavam ou estão preparadas. Impera a lei do mais forte.

Muitos defendem que os problemas actuais foram motivados não pelo sistema capitalista, um bom sistema, mas apenas pela eliminação da regulação e pela ganância e corrupção de gestores e políticos. Tudo se resolveria com uma reformulação do capitalismo, mudando o paradigma para um crescimento sustentado, e com o retorno ao Keynesianismo e aos seus mecanismos de regulação. Sabe-se que o objectivo do capitalismo globalizado é a maximização do lucro à escala planetária. Capitalismo sem lucro, não é possível. Para isto, o capitalismo precisou, e continuará a precisar, de maximizar a exploração de recursos, numa espiral de desenvolvimento contínuo alimentado pelo consumismo, pela ganância, pelo lucro, pelo progresso tecnológico e pela irracionalidade do sistema produtivo, que estão a conduzir esta sociedade ao esgotamento dos recursos naturais não reprodutivos, situação que põe em causa o futuro das próximas gerações. O capitalismo não pode ser sustentável porque isto é incompatível com a sua génese. Preservar a natureza e os ecos-sistemas não faz parte do código genético do modo de produção capitalista, por mais sustentável, verde e humano que ele se rotule. Também a solução do retorno ao Keynesianismo regulador dos mercados está completamente ultrapassada e deslocada da realidade, em resultado da própria evolução do capitalismo, hoje completamente globalizado, ultrapassando as fronteiras de estados, incontrolável e irreformável. Como alguém escreveu "tentar reformar o capitalismo é como perfumar merda: não vale a pena". Para além disto, como já referido, está poderosamente apoiado num poder político que lhe tem aberto portas, legislando à medida das suas conveniências. A desregulação dos mercados não foi um facto económico. Não foi feito pelas empresas. Foi um facto eminentemente político, patrocinado por políticos e que consubstancia esta aliança.

Não tenhamos ilusões. Ninguém sai das cadeiras do poder por vontade própria. O capitalismo é poder e só sairá quando nós o empurrarmos para fora desta história. Mãos à obra!

Grades invisíveis

M. LIMA

Receita para cometer um assassínio e sair impune.

1º- Escolher uma vítima pobre, de preferência de uma etnia minoritária. A receita é tão eficaz que pode até ser uma criança de 14 anos;

2º- Apanhá-la numa situação de delito de pouca gravidade, persegui-la e disparar directamente à cabeça quando ninguém estiver a ver;

3º- Plantar uma arma no local e dizer que era da vítima;

4º- Lançar uma pequena campanha mediática sobre bairros sociais, como sendo perigosos e cheios de criminosos;

5º- Escolher um advogado bem influente (como, por exemplo, o João Nabais). Uma vez mais, a receita é tão eficaz que o advogado pode até ser de esquerda;

6º- Ir para um Tribunal – onde se pode sempre contar democraticamente com uma boa dose de discriminação – longe da opinião pública, fazer choradinho, alterar uma ou outra vez a versão das coisas e *...voilá*! Absolvição!...e regressa ao trabalho de arma na mão!

Agir em legítima defesa, de acordo com a sentença, significa não poder ter feito outra coisa, como por exemplo imobilizar o sujeito, já que estava a 10 cm dele!

O agente da PSP que matou o jovem "Kuku" da Amadora foi absolvido em Tribunal no dia 5 de Dezembro de 2012. Em 2009, três agentes da PSP à paisana num carro civil perseguiram Elson Sanches, conhecido no seu bairro por Kuku, juntamente com outros jovens que se encontravam num veículo suspeito de furto. Segundo o que se deu como provado em tribunal, depois dos jovens abandonarem a viatura e tentarem fugir, o agente Diogo G. perseguiu o menor e acabou por disparar um tiro a 11cm da cabeça dele. A única testemunha do que aconteceu é o próprio agente.

Ao lado do corpo do Kuku foi encontrada uma arma, sem impressões digitais. Como o jovem não usava luvas é incoerente assumir que a arma era dele. Mas o polícia justifica que disparou porque pensou ter visto e ouvido o jovem a puxar de uma arma. Que moral retira a justiça portuguesa desta história?

Miúdos de 14 anos que roubam um carro para dar umas voltas são sujeitos tão perigosos, que não existe crime se dispararmos directamente à cabeça de um deles, à noite, numa vala, sem ninguém a ver. Aliás, nesses bairros toda a gente é tão perigosa que "o agente não podia ter actuado de outra forma", declarou a Juíza na leitura da sentença. "Perseguiam suspeitos perigosos, que seguiam num carro furtado e pararam num bairro problemático da Amadora [Santa Filomena]", segundo citação no semanário *Sol*.

Agir em legítima defesa, de acordo com a sentença, significa não poder ter feito outra coisa, como por exemplo imobilizar o sujeito, já que estava a 10 cm dele!

GRADES INVISÍVEIS

Nos bairros da periferia de Lisboa onde predomina a habitação social de realojamento, a relação diária com a polícia pode ser comparada ao que muita gente só acaba por viver quando está numa manifestação mais tensa. A intimidação, o olhar ameaçador de quem está pronto a agir e a brutalidade física perante qualquer agitação.

Essa presença e atitude violentas dão origem a espancamentos e humilhações quase todos os dias, como algo que já faz parte da vida de quem vive num *gueto*, a par da pobreza e falta de oportunidades. "*Estamos na rua, tranquilos a conversar, chega um carro patrulha e a abordagem é logo como se fossemos criminosos. Provocam, insultam e abusam. Se vais para a esquadra, nunca sabes em que estado é que chegas a casa no dia a seguir*", confessa ao MAPA um jovem morador do bairro de Santa Filomena, que não se quis identificar. Não é, portanto, de estranhar que quando um polícia tenta apanhar alguém, esse alguém tente fugir! Tal como nas manifestações.

Há quem pense e escreva sobre este tipo de quotidiano, onde o abuso de autoridade é só uma das partes mais fisicamente visível dos problemas que existem, problemas de resto transversais a toda a sociedade, mas ali mais flagrantes.

noz vida e preso sem diretu a percaria
ez kre ser pastor i kriano sima limaria
mal nu nasci ez ta obriganu a sigui um escola
ki invez di inchinanu ta manipulanu i apresionanu na limiti,
pa impidi disinvolvimento di noz menti,
ez teni medo di infrenta homis conscienti

***

a nossa vida é presa sem direito a precária,
eles querem ser o pastor e criar-nos que nem um rebanho
mal nascemos somos obrigados a seguir uma escola
que em vez de nos ensinar, nos manipula e nos aprisiona no limite,
para impedir o desenvolvimento da nossa mente,
eles têm medo de enfrentar pessoas conscientes

Boss, excerto da canção **Grades Invisíveis** (com Loreta, Tchola, Nhaco Rapazinho e Chullage)

Palavras que falam de viver em guerra, numa prisão alargada que o sistema tenta manter invisível. A prova disso é que um miúdo foi assassinado para depois virem dizer que não existem culpados!

Que resposta haverá a dar a isto? *Por parte de todos* que ainda sentem o grotesco e a inversão manipuladora desta situação, independentemente de ter sido no nosso bairro ou não...

Muito mais gente haverá a assumir igualmente que já não espera nada dos tribunais a não ser condenações para os pobres e absolvições para quem tem farda ou dinheiro. É o que acontece no dia a dia do país e é , também, o que acontece nos casos de jovens que morreram às mãos de agentes da lei. Como o Toni na Bela Vista e outros mais (ir a http://brutalidadepolicial.blogspot.pt/ para mais informação).

E em vez de aguardar que a justiça chegue um dia, ganha força a necessidade de unir e agir em defesa própria, reconquistando o respeito merecido que tanto falta. Isto é demonstrado através de solidariedade, participando em projectos comunitários, jornais, documentários ou música. Mas, vivendo em guerra, não é de estranhar que alguém também atire pedras.

É importante encontrar formas de tornar estas grades mais visíveis e quebrar o isolamento a que as periferias foram condenadas. Talvez, então, um polícia que ande à paisana pense duas vezes antes de disparar contra a cabeça de um miúdo negro num bairro pobre.

O jornal MAPA solidariza-se com a família do Kuku, que não só perdeu um filho e irmão tão jovem, como ainda viu a sua imagem difamada nos média e o culpado da morte ser absolvido num julgamento racista e preconceituoso.

Enquanto as medidas de austeridade tentam impôr o ritmo do desespero no dia-a-dia, vemos que a crise é um fenómeno que abrange muito mais que a economia, tendo tomado de assalto vários aspectos da vida e da sociedade. Essa crise tenta ganhar todo o espaço que puder mas, no momento que atravessamos, não podemos deixar de notar que sempre existiram crises ao longo dos tempos e que o dispositívo que nos governa depende de uma situação, mais ou menos permanente de instabilidade, de onde emerge reforçada. Embora esta instabilidade, a nível económico, se esteja a desenvolver de forma mais evidente em países como a Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda, quando a vemos de uma perspectiva mais geral notamos que há um fenómeno global de transformação na forma como vivemos. A razão para isso é simples: o modelo económico e social aplicado em Portugal é global, isso quer dizer que, as relações de exploração e dominação que existem numa sociedade, baseada na existência de incluídos e excluídos, são as mesmas num bairro pobre de Lisboa ou numa favela do Bangladesh mudando apenas a intensidade da miséria. A forma como comemos, como trabalhamos, como consumimos e, mais ainda, como nos relacionamos uns com os outros, têm sido transformadas radicalmente nos últimos anos.
Na prática, em Portugal e na Europa, as medidas de austeridade traduzem-se, logo no primeiro momento, em pobreza e desespero para uma fatia crescente da população; mas esta crise de que tanto se fala nas televisões, quando vista mais em profundidade, vem acompanhada de processos de transformação em áreas como a segurança, a economia, o sistema legislativo ou o trabalho e, acima de tudo, vem acompanhada do medo.
Muitos destes processos de transformaçao têm vindo já a ter lugar nas últimas décadas, mas há momentos óbvios, em que se dão transformações essenciais nestas áreas, que confirmam que vivemos num tempo dado a autoritarismos extremos.
Existe todo um conjunto de episódios e situações actuais que ilustram estes processos como, por exemplo, os espancamentos que têm lugar em esquadras de polícia e as operações policiais em bairros periféricos, que muitas vezes tomam a forma de operações de guerra. Juntando a isto, a asfixia causada pela apertada fiscalização nos pequenos negócios, as perseguições a pessoas no seguimento de greves e protestos ou a rápida implementação de infra-estruturas de vigilância e temos já suficientes elementos para suspeitar que vivemos num estado de excepção.
Suspendem-se direitos e liberdades de uma população, para salvar e proteger um Estado que não se dissocia da ganância da ordem económica. Assiste-se ao debate sobre que reformas fazer no aparelho do Estado e nas suas funções sociais e parece que se está a assistir ao debate de como o tornar mais eficiente nas suas funções repressivas. O sistema económico, para se manter em funções necessita de continuar a mover dinheiro. Para isso reinventa e descobre novas formas de nos manter dependentes de um modelo de consumo e produção que é insustentável, pois se baseia, essencialmente, na criação de miséria e na reprodução de relações de exploração. Na segurança querem-se mais e eficientes métodos de controlo e vigilância e pede-se uma polícia mais armada capaz de fazer frente a insurgências. No sistema legislativo, ameaçam-

Estreamos esta nova secção no jornal onde sairemos ao resgate de episódios que a historiografia oficial tem tendência a esquecer, um imenso baú de derrotas que sempre sabem a victória...

SECÇÃO

A Revolta do Manuelinho

A meio da manhã de sexta-feira, 21 de Agosto de 1637, populares que protestavam **"furiosa e confusamente"** contra o recente aumento de impostos, assaltaram a casa do Corregedor, **"botaram quanto acharam na Praça"** e **"puseram fogo a tudo".** A fúria do Povo de Évora **"continuou amotinadamente pela Cidade entrando nas casas dos actuais vereadores, que entretanto tinham fugido, e lançando tudo o que nelas havia pelas janelas".** Foram também às casas dos escrivães **"pelos livros e papéis"** e **"tudo trouxeram a queimar na fogueira já acesa".** Dirigiram-se ao matadouro e **"racharam as balanças".** A cadeia foi assaltada, **"dando liberdade aos presos".** O regresso à ordem estabelecida só viria sete meses depois. Informações que se recolhem dos poucos relatos conhecidos escritos na época[1].

DELFIM CADENAS

O estabelecimento pelo rei Filipe IV de uma renda fixa anual a pagar por Portugal, redundou numa substancial subida de tributos sobre a população. A nobreza e o clero nacionais, para não verem reduzidas as suas benesses, fizeram recair paulatinamente sobre o povo os encargos da contribuição. Para esse efeito "**foi lançado o imposto do real de água e aumentado o cabeção das sisas**", estes impostos viriam a constituir-se no rastilho dos acontecimentos conhecidos como as "**Alterações de Évor**a" ou "**Revolta do Manuelinho**".

A chispa que desencadeou a revolta terá sido a notícia da eclosão de motins em Lisboa. Segundo Severim de Faria, cónego da Sé de Évora, um dos poucos contemporâneos que deixou o seu testemunho sobre os acontecimentos, "**as novas dos motins de pescadores chegaram à cidade de Évora muito acrescentadas e creram muitos que fora movimento formado do Povo contra a nova diligência**" de aumentar os impostos.

Dias antes em Lisboa, "**os pescadores tinham desistido uniformemente de pescar**", em protesto contra um novo tributo aplicado a todos os barcos que passassem para baixo da Torre de Belém. Uma barca, vinda de Setúbal com peixe ao Cais da Ribeira, foi assaltada pelos pescadores em luta e "**botaram o pescado que trazia à água**". Em seguida, dirigiram-se ao Terreiro do Paço "**apedrejando pelo caminho as janelas dos palácios e do Forte**". Os ânimos populares terão sido acalmados pela mediação de nobres, levando à suspensão do tributo.

Ainda que na capital a acção se tenha ficado por ali, os rumores de "**motins em Lisboa**" chegados a Évora bastaram para o desencadear dos acontecimentos, que marcaram de forma indelével a alteração política que viria a concluir-se três anos mais tarde com a restauração da independência de Portugal e ficaram para a memória dos vencidos como uma manifestação mais de revolta dos despojados que de nacionalismo.

Levantamento popular

Embora as fontes não estejam de acordo em todos os pormenores sobre a forma como se iniciou o motim, o relato do seu desenrolar é coincidente. Para Francisco Manuel de Melo, intermediário da Coroa nas negociações que decorreriam nos meses seguintes, os representantes do povo "**João Barradas, barbeiro de espadas e Sesinando Rodrigues, borracheiro, foram convocados pelo Corregedor para sua casa**", enquanto para Severim de Faria, estes, "**sentindo-se obrigados pelo juramento de ofício que faziam de Mesteres este ano do povo"** foram a casa do Corregedor, André de Morais Sarmento, **"a pedir-lhe que parasse na execução** [*dos impostos*]**, porque queriam escrever a S. Majestade em nome do Povo**". A sentença proferida contra "**os cabeças do motim**", meses depois, acolhe esta última versão: "**os réus convocaram o povo na praça da cidade e foram a casa do corregedor (...) lhe requereram que parasse com a diligência que em efeito estava fazendo, e que, não parando, o povo que estava junto se havia de levantar**". O Corregedor, representante local do poder, terá tentado "**já com promessas, já com ameaças**" forçá-los a um compromisso. Sem êxito. O tumulto deflagrou após terem comunicado aos populares reunidos o insucesso das suas diligências.

Logo choveram as pedradas, "**despedidas**", refere Severim de Faria, "**dos rapazes e pícaros, os quais animados com a assistência do Povo, subiram acima e botaram na Praça, furiosa e confusamente, quanto acharam nas mesmas casas do Corregedor e, fazendo uma fogueira na frente delas, se pôs fogo a tudo**". Enquanto o magistrado se escapulia, uma vez ateado, o fogo da revolta popular crepitava em labaredas altas e alastrava contra a ordem estabelecida.

As casas de alguns vereadores, identificados entre os responsáveis pela execução da política tributária, sofreram a mesma sorte. Os relatos são coincidentes no âmbito e nas características das acções populares: "**passou adiante o dano e correram a casa dos escrivães e trouxeram a queimar na fogueira da Praça todos os livros e papéis que tocavam ao inventário das fazendas, ao tributo do real de água e à quarta parte do Cabeção; no açougue racharam as balanças donde se cobrava o novo imposto da carne; devassaram a cadeia, dando liberdade aos presos; saquearam os Cartórios, desbaratando papéis e livros judiciais. Porém, em todas as acções mostrou-se sempre maior a indignação que o interesse**."

"**Não houve ânimo nenhum de se furtar cousa alguma**", refere Severim de Faria", **tudo o que se achou nessas casas ou veio à fogueira da Praça ou saiu em pedaços pelas janelas**" e F. de Melo, surpreendido, explica: "**Afirma-se, por cousa rara, que toda a prata, ouro e dinheiro que despojavam queimavam na Praça, sem algum respeito, como cousa pestífera, não havendo entre tanta multidão (que constava da pior gente da República) uma só pessoa que se movesse a salvar para seu proveito qualquer jóia das que outros entregavam às chamas tão deliberadamente. Tal era o ódio, que pode mais que a cobiça, mais poderosa que tudo**". Detalhes que deixam entrever o carácter insurreccional do gesto popular e o consequente desejo de cortar radicalmente com o passado de acumulação de riqueza fruto da exploração e da opressão.

"**Foi este dia de grandíssima confusão nesta Cidade, e quase do mesmo modo os três ou quatro que se lhe seguiram**", contínua narrando Severim Faria, "**porque esta parte vil do Povo, amotinada em troços, corria e apedrejava as casas daqueles que nas ocasiões dos tributos se haviam mostrado menos zelosos do bem comum (...) E como as justiças** (forças da ordem) **não apareciam, os nobres recearam que, se resistissem a este ímpeto, o poderiam acrescentar (...)**".

Entretanto a nobreza e a alta hierarquia eclesiástica, reconhecendo-se impotentes para extinguir os tumultos, congregaram-se na Igreja de Santo Antão, "**constituindo-se em Junta que se propunha encontrar os meios considerados adequados para pôr termo à situação criada, que os lançou na alternativa ou de se tornarem suspeitos à corte madrilena ou de se transformarem no alvo principal da ira popular**."

A nobreza não estava interessada em estimular um levantamento que se dirigia também contra os seus privilégios, na medida em que contestava uma orgânica tributária da qual beneficiava todo o aparelho aristocrático do Estado. Usando palavras que nos dias de hoje vão aparecendo nos jornais para caracterizar a situação actual: "**a distribuição pouco equitativa dos sacrifícios pedidos aos portugueses**", de então, motivou a revolta.

Para os especialistas da história europeia do século dezassete[2], "**a época é de crise geral, afectando todo o homem, em todas as suas actividades: económica, social, política, religiosa, científica, artística, e em todo o seu ser, no mais profundo da sua potência vital, da sua sensibilidade e da sua vontade**". O predomínio da aristocracia latifundiária e barroca, com os seus grandes palácios, Versalhes, Escorial ou Vila Viçosa, produzia o espectro da fome. "**O abismo entre as classes privilegiadas e o povo; a latente revolta popular, não tanto porventura contra a nobreza, mas contra a avidez do fisco real e dos seus executores; a inquietação moral e religiosa, na prática de uma caridade que nunca fora tão necessária e urgente**"[3]. Uma conjuntura que um testemunho desta época ilustra com os seguintes números: "**perto da décima parte do povo está reduzida à mendicidade, das nove outras partes, cinco não estão em estado de poder dar esmolas, porque eles próprios estão quase reduzidos àquela infeliz condição, das quatro partes restantes, três estão em apuros e carregados de dívidas e de processos...**"[4]

Joel Serrão, na obra em que nos apoiamos para escrever este artigo, lamenta a falta de informações sobre a situação em Portugal nestes termos: "**se deste plano da história social da Europa do Ocidente transitarmos para a história coeva do povo português, no intento de encará-la em perspectiva, as dificuldades que se nos deparam são, por ora, invencíveis, dada a nossa actual ignorância a esse respeito**". Mas se dos dados locais sabemos pouco, o facto do preço do trigo ter quase triplicado nos três anos anteriores, dá-nos uma ideia da fominha que se passava em Évora de 1637.

Manuelinho Menino

Embora algumas fontes refiram a circulação anterior de panfletos clandestinos que mão anónima redigia, o primeiro manifesto conhecido de **Manuelinho Menino** está datado do dia seguinte ao desencadear da revolta.

Ninguém podia atribuir a responsabilidade das proclamações ao demente muito popular conhecido por este apodo, em Évora, como reconhece F. de Melo: "**um homem doudo e dizedor, cujo nome era Manuel, e, por jogo e sua notável grandeza, ironicamente Manuelinho. Usava fazer práticas pelas ruas ao vulgo, a quem, com vozes desordenadas e histórias ridículas, excitava sempre a alegria, donde procedeu ser na Cidade e seus contornos a pessoa mais conhecida**".

Nesse primeiro manifesto, assinado por "**Manuelinho**" em nome dos "**meninos e rapazes executores da justiça divina",** fazem saber*:* **"levados pelo amor à pátria, fome de nossos irmãos, pobreza de nossos pais, necessidade de nossas órfãs (...) finalmente, da grande pobreza de que a nós se queixa toda a gente**", desejando "**pela obrigação do nosso ofício buscar meio para se atalharem traições e roubos tão públicos e escandalosos**", mandam"**a toda a pessoa, assim seculares como frades e clérigos (...) para nos acudirem a executar a sentença (...) para que morra todo o que for traidor à pátria e quiser executar tributos do rei tirano (...)**".

Em prosa ou em verso, na forma de Avisos[5], Provisões, Bandos ou Decretos, "**amanheciam cada dia, afixados pelas praças e portas da cidade**" como conta F. de Melo **"(...) Chegou a tanto a autoridade dos seus mandatos, que bastava, para que um Cidadão, Fidalgo ou Ministro, deixasse a cidade, casa e ofício, ou entregasse a sua fazenda, ser-lhe assim mandado pela incerta voz de Manuel, porque já se sabia que nela era inclusa tacitamente a vontade do Povo, a que nenhum poder resistia**".

Verificou-se que a desobediência de muitos suspeitos aos mandatos de Manuelinho levavam à execução das penas "**as quais não eram menos de morte e incêndio**". F. de Melo detalha: "**usavam deste artifício nas cousas que tratavam tumultuosamente; mas aquelas que julgavam conforme com o seu poder ordinário, em público as resolviam e, com a autoridade da Câmara, que, violentada, lhe obedecia, eram dispostas.** Este protagonista da tentativa de pacificação fracassada dos motins alentejanos revela também os modos de acção política nestes dias de Évora: **"De sorte que dentro da própria Cidade (cousa jamais vista) concorriam todos os três modos de governo que assinam os Políticos: o dos Nobres (...) o da Câmara (...) e o do Povo, que em benefício da liberdade proclamada, exercia um Regimento comum, por modo Democrático: donde qualquer do vulgo tinha igual autoridade que o mais sábio ou poderoso**". Severim de Faria sintetiza esta maneira, afinal, tão antiga de actuar: "**o Povo se chamava repetidamente, o Povo se ouvia, o Povo dispunha e executava**".

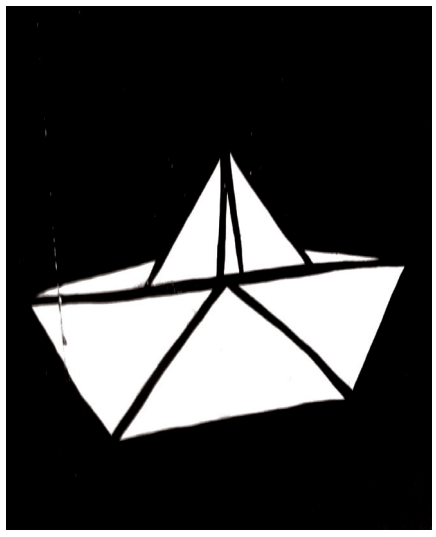
Das disposições saídas destas assembleias não há registo conhecido, mas certamente para além daquelas que asseguravam o controlo da situação na capital do Alentejo, outras buscavam também alargar à escala nacional a revolta que ali eclodira, se arraigara e duraria cerca de sete meses. "**Chegou**", conta F. de Melo, "**não se sabe qual primeiro, se a fama ou aplauso do sucedido em Évora, aos povos circunvizinhos e, pouco depois, aos mais apartados da província do Alentejo, donde tão depressa foi tudo ouvido como imitado**". E eis que, segundo Severim de Faria, quase todo o Alentejo, o Algarve e o Ribatejo aderiram à revolta. Há ainda outras fontes que referem o alastrar da ira popular a Setúbal, Beiras, Porto e Viana do Castelo, desenvolvendo-se de modo semelhante, por toda a parte, contra os agentes do fisco real, assaltos às repartições públicas, liber-

Continua na página seguinte >>

SECÇÃO

Xxxxx

D. SILVANO POPINO



Passa-se a ponte em direcção ao sul.
Uma estrada infindável, que na verdade tem apenas duas dezenas de quilómetros leva-nos ali..
E de repente não estamos em Portugal, Tailândia talvez, ou outro qualquer país da Ásia.
Poderíamos ir de barco, assim atravessávamos o rio e chegávamos à península..mas não podemos. Podíamos se fossemos ricos, mas como não é o caso fazemos-nos à estrada. Em direcção ao sul até depois da tal ponte, aí viramos à direita e andamos naquelas estradas de filme americano, que não só têm o tal efeito de parecer que não acabam nunca, como a visão dos pinheiros mansos e dos corvos nas bermas lhe dão um certo ar de faroeste e de terra de ninguém.
Passamos a povoação, com algumas casas de ambos os lados, as típicas tascas, passamos a rotunda com uma caixa de vidro com uma santa lá dentro, e continuamos..
Andamos mais um pouco por caminhos onde a chuva dos últimos tempos deixou a sua marca e chegamos..
Mas chegamos onde?
Vemos os complexos industriais do outro lado do rio, vemos o empreendimento turístico também lá ao fundo...
Em apenas alguns metros entramos numa bolha em que vemos só o lodo típico da maré baixa no rio, ouvimos pelo menos 4 cantares de pássaros distintos e deparamo-nos com um cais labiríntico feito de madeira pelos próprios pescadores..
Algo tosco e primitivo, quase..mas que se aguenta firme apesar dos temporais por que tem passado..
A viagem, a sensação de despertença do lugar em que estamos, sem que nunca nos seja permitido esquecê-lo, fazem deste lugar algo diferente..
Não me parece que seja turístico, espero mesmo que nunca seja muito visitado, pelo menos por aqueles que ali nada vão fazer..
As ostras a secar dizem-nos que há movimento, e os que chegam e começam a consertar o que as tempestades ultimas destruíram provam-nos que longe de ser um museu do trabalho daqueles que trabalham por si, está a ser utilizado, remendado, construído e utilizado para o fim a que foi proposto.
Anda-se um pouco pela lama, onde crescem cogumelos e se vêem lesmas a passear e ouve-se o martelar das novas tábuas a serem pregadas.
Não me parece que seja um cemitério de barcos, há de sê-lo de outras coisas, mas parece que muitos destes têm ainda trabalho e continuam a servir o seu propósito, a recolha de peixe e marisco.. Mostra-nos que a capacidade de conseguirmos fazer várias coisas pode ser algo útil e valente, e não uma perda de tempo e energia.
Pescadores que são carpinteiros, ou carpinteiros que são pescadores??
Não sei se há uma resposta a esta pergunta, do mesmo modo que não sei se interessa haver.. Parece-me a mim, que no geral, quanto mais autónomos conseguirmos ser, quanto mais coisas conseguirmos fazer por nós sem a assistência de outros ou sem a delegação que por vezes isso implica, melhor!
Pelo menos sabemos com quem contamos, connosco, e com aqueles que nos ajudam e que connosco partilham algumas coisas, por vezes são amigos, por vezes são futuros amigos, por vezes são apenas pessoas que se cruzam connosco e com que partilhamos algo.. neste campo, vale tudo!
Lembro-me de olhar para o céu, neste que foi um dos primeiros dias sem chuva e ver o sol, a lua e a maravilha de dois arco-íris..tudo em simultâneo!
Lembro-me também de pensar que aquele era o lugar exacto onde tal poderia acontecer, e onde todos estes fenómenos fazem mais sentido, num lugar quase inóspito..
De tudo aquilo, espero apenas que tal lugar continue a ser conhecido só por aqueles que o construíram, que o constroem, e que o usam, e para aqueles, que como eu, têm a sorte de o poder visitar. Com um assumido sentimento egoísta, não quero partilhá-lo com muita gente e gosto de quando me lembro deste dia, ficar na dúvida se realmente lá estive ou se apenas sonhei com ele numa destas noites de tempestade.
Em sonho ou não, é um bom refugio.

>> vem da página anterior, "A Revolta do Manuelinho".

tação de presos e pedidos de apoio à nobreza, que, com maior ou menor diplomacia, o nega.

Em Vila Viçosa, o povo amotinado apedrejou o Paço Ducal, o futuro rei D. João IV, está de cama. Está, ou finge estar, doente. A doença não o impediria de "**assistir pessoalmente ao pôr das novas balanças nos açougues em Vila Viçosa e Borba, nos primeiros de Dezembro**," as mesmas balanças que o povo amotinado tinha destruído em Agosto.

Repressão

D. João, duque de Bragança, que três anos depois será rei de Portugal, incapaz, como a restante nobreza nacional, de corresponder à situação gerada pela revolta popular iniciada em Évora, assistiu à entrada simultânea de dois exércitos castelhanos previamente estacionados junto à fronteira portuguesa. Paralelamente, "**não eram só as armas castelhanas aquelas que se convocaram e preveniram contra o Reino**" como recorda F. de Melo, "**mas das próprias suas, as mais nobres e mais religiosas**". Em referência ao Decreto cuja execução encomendava às Ordens Militares, "**caso se cheguem a castigar os Povos desobedientes, hei resoluto que se avise a todos os Comendadores e Cavaleiros das ditas Ordens, que estejam prontos para quando se lhes der recado.**" Com as unidades combatentes dispostas no terreno, a manobra e a batalha decorrem com os Ministros da Justiça Portuguesa na primeira linha de ataque.

Em Évora, "**a Justiça, animada no mesmo exército, foi prosseguindo nas suas averiguações até proscrever como réus de sedição e cabeça dos amotinados a Sesinando Rodrigues e João Barradas, pelo qual crime foram condenados à morte, e em estátua de palha justiçados a 17 de Março. Foram confiscadas as suas fazendas e mandadas salgar de sal as casas em que viviam**". Viriam a reaparecer em Lisboa "**a beijar a mão a el-rei**"[6] D. João IV, depois de três anos de clandestinidade nos arredores de Évora. Outros foram também presos e condenados "**uns à forca, outros às galés e desterros perpétuos**".

No Algarve, o povo, observando os passos de Évora, terá encarniçado a resistência. A dirigir o "**ajuste de contas**", destacou-se Pêro Vieira da Silva, Doutor em leis e Desembargador dos agravos, quem, segundo F. de Melo, "**processou causas, formou processos e pronunciou sentenças; sendo em número e qualidade, quase iguais às que em Évora se haviam executado, tendo sentenciado à morte, parece, sete cabeças de motim**". O que não o impediu de ser chamado por D. João IV para o cargo de Secretário de Estado, três anos depois. Assim se pagavam os serviços prestados à causa da nobreza, que bem necessitava de técnicos especializados na repressão nos tempos que se avizinhavam. Logo a seguir à Restauração da Independência, em 1641, amotinou-se o povinho de Lisboa contra "**a fuga dos nobres para Castela**", seguiram-se motins no Funchal pela "**substituição de cargos públicos**" e, alguns anos depois, o "**motim que houve no Porto por causa do imposto do Papel Selado**".

A revolta de Nápoles e a guerra dos "*Segadors*" (ceifeiros) na Catalunha, obrigariam a uma concentração das forças militares castelhanas nesses conflitos, afastando os exércitos das nossas fronteiras. A Casa de Áustria, que tinha de se ocupar com as rebeliões nesses lugares e da guerra contra a França, foi incapaz de responder ao Movimento de Restauração lançado pela nobreza nacional em 1 de Dezembro de 1640.

1 Joel Serrão; "As Alterações de Évora 1637" descritas por Francisco Manuel de Melo e por Manuel Severim de Faria. Colecção Portugália, 1967.
2 Roland Mousnier, Paul Hazard, Boris Porchnev, J. Vicens Vives, Eduardo Oliveira França, etc.
3 As Alterações de Évora, introdução, fixação do texto, apêndice documental e notas de Joel Serrão.
4 Vauban; in Fourastié, Machinisme et Bien être, p. 22. Paris, 1962.
5 Em 1994, no decorrer da luta nas prisões portuguesas, foram enviados um conjunto de Avisos às principias instituições do Estado assinados por Manuelinho Menino em nome dos presos.
6 Manuel Lopes de Almeida; "Noticias da Aclamação e de Outros Sucessos"; p.37. Coimbra, 1940.

Uma versão ampliada deste artigo pode ser lida em: **WWW.JORNALCRITICO.INFO**

A Cabeça do Avesso POR GASTÃO LIS

O automóvel de esquerda

«O futuro é o automóvel eléctrico!» Ninguém quer é prescindir da mobilidade. Como conciliar a autonomia da mobilidade, a sua acessibilidade, o seu conforto e que, simultaneamente, possa ser «ecologicamente sustentável»? É uma questão técnica, é tudo. Metem-se os engenheiros à volta de uma mesa e exigimos que encontrem a solução. Não podemos, segundo os defensores do «capitalismo sustentável» é sair das energias fósseis sem uma planificação, desta vez, ecologista. Felizmente existem técnicos de esquerda para nos salvar dos técnicos de direita. Porém, sair da civilização do automóvel é que não pode ser para amanhã. Os técnicos de esquerda tentam fazer-nos crer que se tornaram ecológicos e vá de nos impingirem mais uma mercadoria: o automóvel eléctrico, o qual, obviamente, requer mais produção eléctrica, é isso que escondem e não discutem, mais barragens e centrais nucleares.

Os portugueses esqueceram...

Cavaco Silva que foi o responsável, enquanto primeiro-ministro, pela estocada final na agricultura, pela entrega do país ao capitalismo financeiro e à tecno-indústria afirmou, como se nada se tivesse passado, que «os portugueses esqueceram a agricultura». A classe política despreza o campo e com ele os camponeses. Nos últimos cinquenta anos, tudo fizeram para acabar com uma cultura onde o ser humano reencontra a natureza, a terra e a vida vegetal ou animal. Com as comunidades rurais destruídas nada mais co-nhece do que o contacto com o metal, o betão ou o plástico inerte. Os hipermercados, as grandes superfícies instaladas às portas das cidades e a TV absorvem o que resta dos camponeses na sociedade global - uniformizadora. A industrialização fez da agro-química um elemento da economia política. Como qualquer outro, está integrada no sistema abstracto do mercado, depende dele, e, obviamente, do Estado, o grande legislador. Por que é que não se conserva a aldeia, reconstruindo-a, mantendo uma sociedade de dimensão humana que a situação de miséria e de despossessão actual torna cada vez mais necessária? Por que é que não se constituem aí pequenas comunidades auto-suficientes, de fora da lógica do crescimento infinito e destrutivo, de fora da lógica tecno-industrial? Por que esquecemos que podemos fazer caminho com os nossos próprios pés?

O dom da gordura

Hoje em dia muitas pessoas, como as ditas tias de Cascais, recorrem à intervenção cirúrgica mais em voga no mundo: a lipoaspiração. O propósito é obter uma silhueta tipo presunto sem gordura e para o alcançar preferem uma boa *lipoaspiradela* à prática desportiva. Com a lipoaspiração é possível retirar toda a gordura acumulada durante quarenta anos. A imensa quantidade de gordura que se obtém é depois incinerada. Mas por que é que não podemos reciclar este produto puro da nossa sociedade mercantilizada? Nesta sociedade imposta é um desperdício incinerar essa imensa gordura. A lógica é aproveitar tudo o que permita o crescimento económico. Se dá dinheiro, não se pode perder a oportunidade. Vai daí, um «homem de negócios» norueguês, Lauri Venoy, propôs recuperar este maná para fabricar carburante. Entrou em contacto com diferentes estabelecimentos hospitalares, entre os quais o grande hospital americano Jackson Memorial. Com este último, o negociante combinou adquirir todas as semanas 11. 500 litros de gordura humana, provenientes das lipoaspirações, com a finalidade de produzir 10.000 litros de biodiesel. Porém, até ver, o projecto emperrou na legislação americana dos dejectos. Mas este fazedor de capitais mostra iniciativa empresarial «sustentável». E, estamos avisados, quer seja animal, vegetal ou humano, a gordura pode vir a ser utilizada em diferentes sectores do nosso quotidiano tecno-industrial, por exemplo, como óleo para fritar. A quem se agradece?

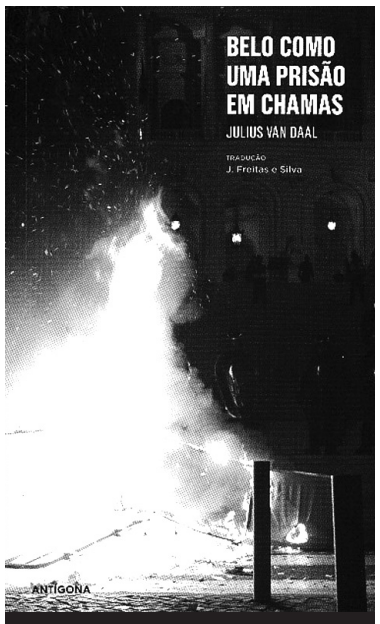
A história de uma insurreição tão brutal como desconhecida

JORGE DA SILVA

Esta é a história da arraia-miúda, das suas tentativas, sucessos e insucessos de insurreição numa Londres onde o capitalismo, como hoje o vemos, começa a dar os primeiros passos, pelo ano de 1780. *"Belo como uma Prisão em Chamas"*, editado em 2012 pelos refratários dos livros (Antígona), conta-nos, num só jorro, uma narrativa bem curiosa, a de gente totalmente desconhecida que, sem apelidos coincidentes com os dos lordes, professores, jornalistas ou quaisquer outros artistas, faz a proeza de libertar milhares de presos e de bloquear toda a economia subsistindo durante vários dias através de pilhagens e ocupações.

O ambiente "motinesco" era, à época, tão usual como o pacifismo actual. Várias circunstâncias explicam-no, tais como a miséria, os antros de subversão, a brutalidade da indústria emergente e a sua consequente desregulação social. No entanto, o autor, Julius Van Daal, salienta um episódio em concreto: a lei do *Gin Act* que, em 1736, taxou a bebida mais popular com um pesado imposto. Em resposta, hordas de indigentes saíam das tabernas, com brutais bebedeiras de gin não taxado, que culminavam em incêndios e ferozes batalhas com a polícia.

Mais tarde, em 1780, quando a Inglaterra lutava com a França e perdia a guerra com uns Estados Unidos em luta pela independência, o Rei promulgou uma lei que permitia aos católicos ingressar as fileiras do exército (interditos há vários anos). Em contestação a essa lei, foram organizados protestos "cidadãos" que passavam por harmoniosas manifestações e petições ao parlamento pela esquerda burguesa anti-católica da altura. O que esses "cidadãos" não esperavam é que a turma de indigentes, deambulando pelas madrugadas, incendiando Londres em siderais bebedeiras, se juntasse, sem ser convidada, a uma dessas manifestações.



BELO COMO UMA PRISÃO EM CHAMAS
Julius Van Daal

Titulo original
Beau comme une prison qui brûle
Tradução
J. Freitas e Silva
Ano 2012

É assim que começa esta história. Segue-se o mais interessante: a turba começa por cercar o parlamento, tratando logo de seguida de encher os parlamentares, literalmente, de lama e de merda até que, noite dentro, vai libertando os prisioneiros enquanto se abastece com muito álcool pelos armazéns que consegue ocupar.

Com o passar das horas, a insurreição vai ganhando forma: "A multidão invade o campo de artilharia da capital e apodera-se do conteúdo do seu arsenal. São pilhados vários arsenais. Os enraivecidos deitaram mão a arcabuzes, espingardas, pistolas, sabres, barris de pólvora. Toda a população ao cimo da Terra faz greve. As fábricas estão fechadas, todo o comércio cessou. (…) Os pequeno-burgueses são obrigados a contribuir para o "fundo de apoio ao motim".

Passados cinco dias e muitas conquistas, entre elas o total bloqueio da economia londrina, a gratuitidade da comida e principalmente da bebida, a fuga da alta burguesia da cidade, e a ausência total da autoridade do Estado, a ordem volta a mostrar os dentes. Em dois dias, são contabilizados cerca de um milhar de mortos, o exército e a polícia cumprem mais uma vez o seu papel histórico e voltam a dar condições ao capital para se reproduzir sem estes empecilhos.

O autor do livro, o suburbano parisiense Julius Van Daal, nosso contemporâneo, não entra no jogo da imparcialidade e posiciona a sua narração do lado da barricada dos revoltosos. Sem recorrer a fontes académicas ou da época, reporta os factos com grande vivacidade, como se lá estivesse presencialmente. Para acreditarmos na epopeia que relata, fornece-nos apenas uma pequena lista bibliográfica. De facto, o fresco apresentado é tão impressionante e extremo que nos interrogamos da sua veracidade. Ficamos, sem dúvida, com vontade de ler essa meia dúzia de livros.

> O ambiente "motinesco" era, à época, tão usual como o pacifismo actual

Apesar de esteticamente desinteressante, a capa é em si um ponto político da editora Antígona. Colocando uma fotografia dos recentes confrontos em frente ao parlamento português, no passado 15 de Outubro, o editor opta assim por desafiar o leitor ao colocar esta ponte temporal e espacial entre as lutas. Esta opção traduzirá um anúncio do que há-de vir, um desejo, ou um apelo aos insurrectos para seguirem caminho?

O que não falta neste relato são os imensos paralelos possíveis com o actual combate à crise e ao capital. Começamos de facto a achar que já conhecíamos esta história, quando lemos um episódio decorrido há mais de 200 anos – iniciado com um protesto cidadão, no propósito de reformar pontuais insatisfações através de petições e mesas de concertação com o poder institucional, liderado por um político profissional – passar rapidamente para a insurreição onde já não é possível detectar lideres, organizações ou mesmo reivindicações. É óbvio que as gargalhadas, os berros e a desamena cavaqueira que pautam a comunicação dos revoltosos enquanto arrombam uma prisão ou pilham centenas de litros de gin, será hoje muito mais traduzível por um "queremos tudo" do que por qualquer reivindicação momentânea, ou por uma manifestação em que os organizadores se congratulam, sobretudo se acabar a horas e sem qualquer distúrbio, até porque, "amanhã, nos jornais, não vão perceber os nossos argumentos".

Em Londres, tanto em 1780 como em 2011, ninguém perceber os argumentos terá sido, provavelmente, a grande arma de uma insurreição que tentou querer tudo.

As batatas e a cebola

EMÍDIO HOMEM-CÃO

O *Cavalo de Turim* não é só o último filme do realizador húngaro **Bela Tarr** (que disse que não faria mais nenhum depois daquele). O *Cavalo de Turim* é o último filme de todos os filmes. Isto admitindo que a história pode ter outra lógica que não apenas a cronológica. É o último filme porque é um filme sobre o fim – que conta, comendo-se e acabando nele, como vê o fim. O fim do cinema enquanto dispositivo de afastamento e sacralização daquilo que nos é próprio e íntimo; enquanto modo de pensamento do que é humano, com uma linguagem específica e uma gramática própria. O fim dessa possibilidade absurda de sequestrar pessoas numa sala escura para lhes falar sobre si mesmas, contando-lhe histórias feitas de luz e de sombras. O fim de uma técnica secreta de captura e fixação numa superfície de prata da luz que é emitida por todas as coisas. Afinal, a superação da técnica – de todas as técnicas e de todos os segredos – pela tecnologia. E, se calhar também por isso, o fim de um mundo onde viveu uma classe de pessoas que se apercebe que o seu tempo acabou ali, ao ver aquele filme. Claro que um mundo nunca acaba, porque se encadeia noutros mundos, noutras formas de viver e de pensar, sem que a fronteira temporal do que acabou e do que começa seja nítida. Mas se se pode parar e assinalar uma marca, escrever uma vírgula, então o filme *O Cavalo de Turim* é isso.

Só uma confiança anormal no que nos tem para dizer o tal **Bela Tarr**, uma impossibilidade física ou um pudor desmesurado nos permitem sobreviver aos primeiros vinte minutos sem abandonar a sala ou adormecer. Um preto e branco duríssimo, como é próprio de todos os seus filmes, mostra-nos um cavalo que puxa uma carroça e o seu dono, de regresso a casa, atravessando uma ventania furiosa que manda tudo pelos ares. O vento não abranda e o dono e o seu cavalo, vêem-se impedidos de sair de casa para voltar à feira. É isto o que se passa. Nessa casa vive também uma mulher mais nova, a qual não nos é dado a perceber se é a filha ou a mulher do dono do cavalo. Vemos

apenas que ela o ajuda a vestir e a despir e se ocupa de todas as restantes tarefas da casa. Uma coreografia constante de lentos movimentos de câmara no interior e ao redor da casa, fazem com que o tempo passe e a rotina austera do homem, da mulher e do cavalo seja progressivamente abalada por uma série de disfunções e de estranhezas. É assim que o filme nos instala numa descrição minimalista de um quotidiano simples, feito de objectos essenciais e de gestos repetidos. A escassez de informação e de novidade na evolução da narrativa torna-se de tal forma exasperante que somos levados a atentar nos detalhes: na superfície de madeira da mesa, no reboco inacabado da parede atrás da cama, na fechadura de pau do curral, na forma como a luz da tempestade entra na casa ampla por uma janela em cima do fogão a lenha, nos raros utensílios de cozinha, na água onde fervem as batatas. E são as batatas, comidas com a casca e solteiras, temperadas apenas com sal, que nos fazem acordar. A forma como o homem e a mulher comem com as mãos as batatas quentes, em tudo diferentes na sua frugalidade e na sua dureza, a fome como mínimo denominador comum a todos os seres vivos, a ausência animal de adornos, a mim agarrou-me.

A partir desse momento de conquista, vão-se procurando sucessivas camadas de ínfima leitura, que sabemos que como numa cebola, hão de guardar um núcleo qualquer. Percebemos depressa que chegámos lá quando alguém, surpreendentemente, bate à porta. Um homem que vindo do nada, atravessou a tempestade para vir comprar aguardente, senta-se à mesa e conta o que viu lá fora.

"…está tudo em ruinas. Está tudo escavacado.

…eles conseguiram arruinar e destruir tudo. (…) isto não é uma espécie de cataclismo a reboque da alegadamente inocente ajuda humana. Pelo contrário… Trata-se do julgamento do homem, do ajuizar das suas próprias acções, nas quais Deus, obviamente, participa, ou, se me atrevo a dize-lo, nas quais toma parte activa. E aquilo em que Ele toma parte… é a criação mais pavorosa que alguém pode imaginar. Porque o mundo foi degradado, entendes? (…) tudo aquilo que eles adquiriram foi degradado. E uma vez que eles adquiriram tudo de forma manhosa e desleal, degradaram tudo. Porque tudo aquilo em que eles tocam, e eles tocam em tudo, foi por eles diminuído. E assim foi até à vitória final. Até ao triunfante fim… Adquirir, degradar. Degradar, adquirir… Ou se quiseres posso pôr as coisas doutra maneira, tocar, degradar, e desse modo adquirir, ou tocar, adquirir e desse modo degradar. E assim tem sido há séculos. Repetidamente. Unicamente isto. Ora dissimuladamente, ora à bruta, ora pacificamente, ora de forma violenta, mas assim tem sido repetidamente.

(…) Porque para que esta vitória fosse perfeita… era também essencial que o outro lado… Ou seja, tudo aquilo que é excelente, e de algum modo magnífico e nobre, não se envolvesse em qualquer forma de luta. Não devia haver nenhum tipo de resistência, somente o mero desaparecimento de um lado.

mapa : Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 1
MARÇO/MAIO 2013 · ANO I
3000 EXEMPLARES

JORNAL CRITICO .INFO

CONTRA-MAPA

Salvo-conduto(1)

COLECTIVO ELEUTÉRIO

Há não muitos anos, quando um qualquer cidadão tinha algo a tratar, uma conta para pagar, algo para reclamar, dirigia-se a uma repartição pública ou a um balcão de atendimento, por detrás do qual um empregado, remunerado pela respectiva entidade, preenchia um formulário e prestava-lhe serviço. A fila de espera podia ser longa, o empregado incompetente, a resposta morosa ou deficitária – mas, na era da burocracia, ainda se era atendido por pessoas (ou servidores de carbono).

A era da tecnocracia é um pouco mais perversa. Quando se é atendido, é por máquinas (ou servidores de silício, Silicon Valley). Se um cidadão qualquer quiser agora resolver algum assunto, dirige-se ao *website* da entidade, a qual, embolsando vários milhares, despediu o antigo funcionário do atendimento e trocou-o por um *software* (uma despesa de manutenção sumária, prestando um serviço igualmente sumário), e coage agora o próprio cliente a desempenhar as funções de preencher o formulário, digitalizar documentos, redigir declarações, e, depois de todo esse trabalho não remunerado, ainda paga por isso e pela ligação de Internet, da qual está cada vez mais dependente. É por isso que todas as empresas de cariz tecnológico querem que se forneça um e-mail e que se abra uma conta *online* e que se adira à factura electrónica, para que se passe automaticamente a ser empregado delas e o parolo ainda paga e tolera aumentos descabidos de preço. Nem sequer se pode dizer que tenha granjeado algum desconto nas contas pela sua colaboração para o lucro empresarial, antes acolheu responsabilidades que o obrigam a consumir recursos (tempo, energia, material) sem receber um centavo como contrapartida. Os custos burocráticos, que anteriormente recaíam sobre a entidade passaram agora para o lado dos clientes: papel, tinteiros, agrafos, *clips*, electricidade, desgaste e manutenção do material, etc. A antiga fila de espera, à porta da repartição, foi substituída pelo tempo de carregamento de uma impessoal página *web* (quando o excesso de tráfego não a bloqueia), o cliente agindo em causa própria tornou-se num empregado muito mais eficiente, enquanto que o pedido obtém a resposta automática de uma máquina ou, não raras vezes, perde-se num poço sem fundo e fica sem resposta. Tudo cai no poder do intermediário: o cliente é um serviçal, o receptor não está lá. O atendimento pessoal e o posto de trabalho do antigo empregado foram sugados por este entre-meio tecnológico. Esta meso-região de electricidade engana, parece calorosa, mas, na realidade, é glaciar, uma placa de gelo, sem pingo de humanidade, desumanizadora e desanimadora. Quando o cidadão paga todos os meses a "sua" factura de Internet – incluindo todos os períodos gastos em serviços "por conta de outrem" - consente obedientemente em pagar pela sua escravidão às facilidades digitais, sujeita-se à teia (*web)* da aranha universal. Assim, o indivíduo comum das sociedades informatizadas passa cada vez mais tempo em frente do écran, agarrado à máquina que o sedentariza, à medida que crescem e se avolumam as tarefas digitais de *self-service* para as quais ele é requisitado: consultar extractos, pagar facturas, fazer transferências, requerer licenças camarárias, solicitar certidões de registo, comprar *online*, etc., etc. Tudo centralizado numa só pessoa. O novo escravo tecnocrático: um só indivíduo passa a acumular parte das funções dum ex-empregado de Banco, dum ex-empregado de repartição pública, dum ex-empregado de serviços municipalizados, dum ex-empregado de balcão de loja, dum ex-empregado de... De borla.

Assim o indíviduo comum das sociedades informatizadas passa cada vez mais tempo em frente ao écran, agarrado à máquina que o sedentariza, à medida que crescem e se avolumam as tarefas digitais de *self-service* para as quais ele é requisitado.

A tecnocracia procede ditatorialmente. Por exemplo, uma pessoa é obrigada a comprar um aparelho por causa de uma mudança tecnológica que não requereu: TDT. Paga tudo: as infra-estruturas, o aumento na factura, o aparelho conversor, a nova antena, a taxa audiovisual... E fica pior servida, com um sinal e imagem muito mais inconstante e vulnerável. Outro caso frequente: uma pessoa pede um empréstimo ao banco e taxam-na três vezes mais (e ainda tem de domiciliar o ordenado e adquirir um seguro) do que a taxa de juro que recebe se for ela a emprestar dinheiro ao banco. Dois pesos e duas medidas. Ou ainda: uma pessoa pede um esclarecimento a uma repartição pública via e-mail, para ser mais rápido e económico conforme proclamam, e, em resposta, solicitam-lhe que vá pessoalmente à delegação para lhe responderem ao e-mail. Há vias que só foram implementadas para servir um dos lados, unilateralmente. Além disso, a tecnocracia pode desdobrar-se numa longa verborreia sem eficácia, como no episódio verídico que se reproduz a seguir. Uma pessoa é obrigada a ligar para um número não gratuito para cumprir com a obrigação imposta por outrem de mudar de fornecedor de electricidade (do mercado regulado para o mercado "livre", eufemismo) e é uma gravação de atendedor de chamadas que a atende ou, pior, que a não atende, mas faz gastar chamadas em vão: «Autoriza que esta chamada seja gravada? Se não, marque 1. Se sim, marque 2. [A pessoa marca 1.] Contacte-nos pelos meios alternativos na Internet. [Sem pré-aviso, a chamada é automaticamente desligada. A pessoa tem de ligar outra vez para o tal número não gratuito, ouvir o mesmo início, e é obrigada a aceitar ser gravada. Depois, o processo continua.] Se é... [parvo], marque 1. Se é... [totó], marque 2. Se é... [tolo], marque 3. Se é... [pacóvio], marque 4. Se é... [patego], marque 5. Se é... [palerma], marque 6. Para falar com um Assistente, aguarde. [Dez minutos à espera a ouvir uma música irritante...] Devido ao número elevado de chamadas em espera, não nos foi ainda possível atender a sua chamada. Deseja aguardar? Marque 1. [Dez minutos à espera a ouvir uma música irritante...] Não nos vai ser possível atender a sua chamada nos próximos trinta minutos. Se desejar fornecer o seu número, para ligarmos para si logo que nos seja possível, marque 1, se não, tente mais tarde».

[Continua no próximo número...]

MAPA BORRADO

QUE BRUTALIDADE... QUE EXAGERO...
FILMAS-ME A CARA E LEVAS NOS CORNOS Ó PALHAÇO!!
...NÃO SE PERMITA DESPERDÍCIO DESNECESSÁRIO DE RECURSOS...
DICAS VANTAJOSAS PARA USAR OS SERVIÇOS DOS "MASS media" NO SEU NEGÓCIO OU NA SUA ORGANIZAÇÃO EM CONTEXTO DE DESCONTENTAMENTO SOCIAL:
LANÇE CAMPANHAS DE MARKETING PARA OS SEUS PRODUTOS EM GRANDES MANIFESTAÇÕES COM COBERTURA DE NOTICIÁRIOS DE T.V. IGNORE AS CRÍTICAS, A VERDADE É MUITO SOBREVALORIZADA.
ANDO À PROCURA DA MENINA DO PERFUME E SUBLINHO QUE NÃO HÁ AUSTERIDADE NO MEU CORAÇÃO!
SABIA QUE A SUA INTIMIDADE TEM VALOR? PROMOVA A SUA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA COM EXIBICIONISMO DE NÍVEL INDUSTRIAL EM REPORTAGENS QUE SE CONFUNDEM COM REALITY SHOWS...
PRODII MOMENTOS DE MUDANÇA
FICO NERVOSA
OREC
GRANDES EVENTOS COM TRANSMISSÃO PARA TODAS AS FAMÍLIAS.
GRÂNDOLA
NÃO SE GOVERNA PRESSIONADO PELA RUA. TODOS OS COMENTADORES CONCORDAM.
NINGUÉM ESTÁ P'RAQUI A FALAR D'UMA TRAJECTÓRIA DE EMPOBRECIMENTO CONTÍNUO... CHIÇA
O QUE VALE É QUE AMANHÃ É DOMINGO
HIPS
SLURP
2m LIVE
AI MEU DEUS!! A TROCAREM OS VERSOS TODOS... MANCHAR ASSIM UM TALENTO COMO O DE JOSÉ AFONSO.
BURP
PASSA AÍ UMAS BATATAS
JOSÉ SMITH VARGAS